

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

BOLETIM ESTATÍSTICO





Introdução

O Boletim Estatístico da Secretaria Regional da Solidariedade Social - 2014, é

uma publicação eletrónica, de divulgação de dados estatísticos da Segurança

Social e da Habitação dos Açores incluindo ainda alguns indicadores de emprego

e demográficos.

Ficha Técnica:

Título: Boletim Estatístico da Secretaria Regional da Solidariedade Social - 2014 -

Região Autónoma dos Açores

Ano: 2014

Editor: Secretaria Regional da Solidariedade Social

Morada: Secretaria Regional da Solidariedade Social

Solar dos Remédios

9701 – 855 Angra do Heroísmo

Responsável pela recolha, tratamento e edição: Núcleo de Organização e

Documentação – Direção Regional da Solidariedade Social

Colaboração no envio de informação: Núcleo de Planeamento, Organização e

Comunicação do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA e Direção

Regional da Habitação

Contactos:

Telefone - 295 204 200

Fax - 295 204 286

E-mail - srss@azores.gov.pt

Formato: Publicação em suporte eletrónico

Índice

INDICADORES DEMOGRÁFICOS	9
População Residente - Açores 2001 – 2011	9
Distribuição da População Residente, por ilha	10
População residente em Portugal e Regiões Autónomas, por ilhas, concelhos e grupos etários	11
Famílias clássicas residentes em Portugal, por zona geográfica, segundo a dimensão da família.	12
Número de famílias clássicas residentes, por ilhas e concelhos	13
Indicadores demográficos (taxas) – Açores 2014	14
INDICADORES DE EMPREGO	14
Indicadores de emprego nos Açores/ média anual	14
RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA	15
RECEITAS E CONTRIBUINTES DA SEGURANÇA SOCIAL	15
Receita da segurança social (contribuições arrecadadas)	15
Contribuintes ativos - Pessoas Singulares, por ilha, sexo e tipo de qualificação	16
Contribuintes ativos – Pessoas Singulares – por anos e ilhas	16
Contribuintes ativos – Entidades Empregadoras – por anos e ilhas	17
MICROCRÉDITO	17
Candidaturas ao microcrédito, por ilha – 2007 a 2014	17
VALORES MENSAIS DE PENSÕES E DO INDEXANTE DOS APOIOS SOCIAIS	18
Valores da Pensão mínima, da Pensão social e do Indexante dos apoios sociais	18
BENEFICIÁRIOS/TITULARES DE ALGUMAS PRESTAÇÕES SOCIAIS	19
Número de beneficiários, por tipo de prestação	19
DESPESA COM ALGUMAS PRESTAÇÕES SOCIAIS	20
Evolução da despesa com prestações sociais	20
Evolução da despesa com prestações de proteção social na parentalidade	20
Evolução da despesa com abono de família	21
Evolução da despesa com subsídio de bonificação por deficiência	21
Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - crianças e jovens	22
Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - adultos	22

	Evolução da despesa com subsidio vitálicio e complemento extraordinário vitálicio	23
	Evolução da despesa com subsídio de doença	23
	Evolução da despesa com prestações de desemprego	24
	Evolução da despesa com rendimento social de inserção	24
	Evolução da despesa com complemento solidário para idosos	25
C	OMPLEMENTOS AÇORIANOS	26
	Evolução do número de beneficiários do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idos	sos
	(COMPAMID)	26
	Evolução da despesa com COMPAMID	27
	Evolução do número de beneficiários do complemento regional de pensão	27
	Evolução da despesa com complemento regional de pensão	28
	Evolução do número de titulares do complemento açoriano ao abono de família	28
	Evolução da despesa com complemento açoriano ao abono de família	29
E	VOLUÇÃO DA DESPESA E № DE PENSIONISTAS POR TIPO DE PENSÃO, REGIME E ENTIDADE PROCESSADORA	29
	Evolução da despesa anual com pensões, por entidade processadora	29
	Evolução do número de pensionistas, por tipo de pensão e entidade processadora	30
	Evolução do número de pensionistas, por regime e entidade processadora	30
11	ISTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E RESPOSTAS SOCIAIS	31
	Número de instituições particulares solidariedade social e instituições equiparadas, sem fins	
	lucrativos, segundo a natureza jurídica	31
	Número de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS´s) com contratos de cooperação	
	valor cliente, por ilha	32
	Evolução do número de utentes e respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente, por	
	áreas de intervenção social e tipologia	33
	Evolução do número de respostas sociais, por área de intervenção social, capacidade instalada,	
	frequência e taxas de crescimento, por ilha	34
	Evolução do número de amas, por concelho, ilha e instituição enquadradora	35
R	EDE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS DOS AÇORES	35
	Instituições com protocolo de cuidados continuados, por concelho e ilha	35
^	RIANCAS E IOVENS	36

Crianças e jovens em risco apoiadas pelas equipas multidisciplinares	36
Adoção – Processos de crianças e candidatos	36
Evolução do número de adoções por equipa de adoção	37
DESPESA COM AÇÃO SOCIAL	38
Evolução da despesa com subsídios de precariedade económica	38
Evolução da despesa com serviços/equipamentos, por tipo de Contratos de Cooperaç Investimento	
Evolução da despesa com as respostas sociais, por tipo de financiamento e áreas de ir - Açores 2000 – 2014	-
Evolução da despesa com acordos de cooperação valor cliente, por tipo de respostas intervenção social	
Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento, por projeto	42
SERVIÇO DE APOIO AO DOENTE DESLOCADO (SADD)	43
Evolução do número de doentes e acompanhantes apoiados pelo SADD	43
Evolução do montante despendido com apoio a doentes deslocados (Majoração - con	nparticipação da
segurança social para os hospitais e Unidades de Saúde da RAA e SADD)	43
POLÍTICA DE HABITAÇÃO	44
Evolução do nº de atendimentos por tipologia de informação	44
Número de processos autorizados, por programa de apoio	44
Evolução do número de processos de realojamento	45
Evolução dos apoios autorizados, em valor	45
Apoios autorizados em valor	46
Apoios concedidos em valor	46
Evolução dos apoios de aquisição, construção e realojamentos	47
Evolução dos investimentos em renovação e regeneração urbana (recuperação de hal	-
Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento, por projeto	
SOLIDARIEDADE SOCIAL	
ÁREAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL	
COMPLEMENTOS AÇORIANOS – Enquadramento legal	
	OI

APOIOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS - Glossário	. 64
DEMOGRAFIA - conceitos	. 69
EMPREGO - conceitos	. 70
CONCEITO RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA	. 71
HABITAÇÃO E RENOVAÇÃO URBANA	. 72
PERFIL DOS CANDIDATOS E PROGRAMAS DE APOIO À HABITAÇÃO	. 74

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – População Residente – Açores 2001 - 2011	9
Quadro 2- População residente em Portugal e Regiões Autónomas	11
Quadro 3 - Famílias clássicas residentes em Portugal, por zona geográfica, segundo a dimensão	12
Quadro 4 - Número de famílias clássicas residentes, por ilhas e concelhos	13
Quadro 5 – Indicadores demográficos (taxas)	14
Quadro 6 - Indicadores de emprego nos Açores	14
Quadro 7 - Retribuição mínima mensal garantida	15
Quadro 8 - Receita da segurança social (contribuições arrecadadas)	15
Quadro 9 – Contribuintes ativos - Pessoas Singulares por ilha, sexo e tipo de qualificação	16
Quadro 10 - Contribuintes ativos – Pessoas Singulares – por anos e ilhas	16
Quadro 11 - Contribuintes ativos – Entidades Empregadoras – por anos e ilhas	17
Quadro 12 - Candidaturas ao microcrédito, por ilha	17
Quadro 13 - Valores da pensão mínima, da pensão social e do Indexante de apoios sociais	18
Quadro 14 - Número de beneficiários, ao mês de dezembro, por tipo de prestação	19
Quadro 15 - Evolução da despesa anual com pensões, por entidade processadora	29
Quadro 16 - Evolução do número de pensionistas, por tipo de pensão e entidade processadora	30
Quadro 17 - Evolução do número de pensionistas, por regime e entidade processadora	30
Quadro 18 - Número de IPSS´s com contratos de cooperação valor cliente, por ilha	32
Quadro 19 - Evolução do número de utentes e respostas sociais com contratos de cooperação valor	
cliente por áreas de intervenção social e tipologia	
Quadro 20 - Evolução do número de respostas sociais	34
Quadro 21 - Evolução número de amas, por concelho, ilha e instituição enquadradora	
Quadro 22 - Instituições com protocolo de cuidados continuados, por concelho e ilha	35
Quadro 23 - Crianças e jovens em risco apoiadas pelas equipas multidisciplinares	
Quadro 24 - Adoção – Processos de crianças e candidatos	36
Quadro 25 - Evolução da despesa com serviços/equipamentos, por tipo de Contratos de Cooperação	е
Plano de Investimento	39
Quadro 26 - Evolução da despesa com as respostas sociais, por tipo de financiamento e áreas de	
intervenção social	
Quadro 27 - Evolução da despesa com acordos de cooperação	
Quadro 28 - Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento	
Quadro 29 - Evolução do nº de atendimentos por tipologia de informação	
Quadro 30 - Número de processos autorizados, por programa de apoio	
Quadro 31 - Evolução do número de processos de realojamento	
Quadro 32 - Evolução dos apoios autorizados, em valor	
Quadro 33 - Apoios autorizados em valor	
Quadro 34 - Apoios concedidos em valor	
Quadro 35 - Evolução dos apoios de aquisição, construção e realojamentos	
Quadro 36 - Evolução dos investimentos em renovação e regeneração urbana	
Quadro 37 - Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento, por projeto	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da População Residente, por ilha	10
Gráfico 2 - Evolução da despesa com prestações sociais	20
Gráfico 3 - Evolução da despesa com prestações de proteção social na parentalidade	20
Gráfico 4 - Evolução da despesa com abono de família	21
Gráfico 5 - Evolução da despesa com subsídio de bonificação por deficiência (crianças e jovens)	21
Gráfico 6 - Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - crianças e jovens	22
Gráfico 7 - Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - adultos	22
Gráfico 8 - Evolução da despesa com subsídio vitalício e complemento extraordinário vitalício	23
Gráfico 9 - Evolução da despesa com subsídio de doença	23
Gráfico 10 - Evolução da despesa com prestações de desemprego	24
Gráfico 11 - Evolução da despesa com rendimento social de inserção	24
Gráfico 12 - Evolução da despesa com complemento solidário para idosos	25
Gráfico 13 - Evolução do número de beneficiários do COMPAMID	26
Gráfico 14 - Evolução da despesa com COMPAMID	27
Gráfico 15 - Evolução do número de beneficiários do complemento regional de pensão	27
Gráfico 16 - Evolução da despesa com complemento regional de pensão	28
Gráfico 17 - Evolução do número de titulares do complemento açoriano ao abono de família	28
Gráfico 18 - Evolução da despesa com complemento açoriano ao abono de família	29
Gráfico 19 - Número de instituições particulares solidariedade social e instituições equiparadas, sei	m fins
lucrativos, segundo a natureza jurídica	31
Gráfico 20 - Evolução do número de adoções por equipa de adoção	37
Gráfico 21 - Evolução da despesa com subsídios de precariedade económica	38
Gráfico 22 - Evolução do número de doentes e acompanhantes apoiados pelo SADD	43
Gráfico 23 - Evolução do montante despendido com apoio a doentes deslocados - Majoração	43

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

População Residente - Açores 2001 - 2011

o o	Concelho		А						
IIha	ouc		2001			2011			(4)
	0	Total	Н	М	Total	Н	M	Saldo 2001-2011	Tx. Cresc. (%) 2001-2011
SMA	VLP	5578	2759	2819	5552	2682	2870	-26	-0,5
JIVIA	Total	5578	2759	2819	5552	2682	2870	-26	-0,5
	LAG	14126	7116	7010	14442	7167	7275	316	2,2
	NOR	5291	2628	2663	4937	2445	2492	-354	-6,7
	PDL	65854	32106	33748	68809	33516	35293	2955	4,5
SMG	POV	6726	3308	3418	6327	3091	3236	-399	-5,9
	RGR	28462	14332	14130	32112	16184	15928	3650	12,8
	VFC	11150	5618	5532	11229	5585	5644	79	0,7
	Total	131609	65108	66501	137856	67988	69868	6247	4,7
	AHR	35581	17338	18243	35402	17265	18137	-179	-0,5
TER	PVT	20252	10073	10179	21035	10432	10603	783	3,9
	Total	55833	27411	28422	56437	27697	28740	604	1,1
GRA	SCG	4780	2348	2432	4391	2174	2217	-389	-8,1
	Total	4780	2348	2432	4391	2174	2217	-389	-8,1
	CLH	4069	2004	2065	3773	1876	1897	-296	-7,3
SJO	VEL	5605	2774	2831	5398	2689	2709	-207	-3,7
	Total	9674	4778	4896	9171	4565	4606	-503	-5,2
	LJP	5041	2521	2520	4711	2327	2384	-330	-6,5
PIC	MDL	6136	3078	3058	6049	2963	3086	-87	-1,4
ric	SRP	3629	1833	1796	3388	1666	1722	-241	-6,6
	Total	14806	7432	7374	14148	6956	7192	-658	-4,4
FAI	HOR	15063	7429	7634	14994	7320	7674	-69	-0,5
	Total	15063	7429	7634	14994	7320	7674	-69	-0,5
	LJF	1502	749	753	1504	780	724	2	0,1
FLO	SCF	2493	1248	1245	2289	1132	1157	-204	-8,2
	Total	3995	1997	1998	3793	1912	1881	-202	-5,1
CVR	VNC	425	224	201	430	240	190	5	1,2
	Total	425	224	201	430	240	190	5	1,2
Total	Açores	241.763	119.486	122.277	246.772	121.534	125.238	5009	2,1

Madeira	245.011	115.211	129.800	267.785	126.268	141.517	22.774	9,3%
Continente	9.869.368	4.765.456	5.103.912	10.047.621	4.798.798	5.248.823	178.253	2%
Portugal	10.356.142	5.000.153	5.355.989	10.562.178	5.046.600	5.515.578	206.036	2%

Quadro 1 – População Residente – Açores 2001 - 2011

Fonte: INE e SREA – Censos 2001 e 2011

Distribuição da População Residente, por ilha Açores - 2011 (%)

Gráfico 1 - Distribuição da População Residente, por ilha

Fonte: INE e SREA – Censos 2011

População residente em Portugal e Regiões Autónomas, por ilhas, concelhos e grupos etários

2011

Açores	Н	М	Total HM	0 - 14 anos (HM)	% jovens (pop 0-14 anos)	15-64 anos (HM)	% população adulta (15-64 anos)	65 e mais anos (HM)	% população idosa (65 e mais anos)	75 e mais anos (HM)	% população com 75 e mais anos
	121.534	125.238	246.772	44.197	18%	170.197	69%	32.378	13%	15.155	6%
ilha de Santa Maria	2.682	2.870	5.552	963	17%	3.873	70%	716	13%	347	6%
Vila do Porto	2.682	2.870	5.552	963	17%	3.873	70%	716	13%	347	6%
ilha de São Miguel	67.988	69.868	137.856	27.125	20%	95.640	69%	15.091	11%	6.893	5%
Lagoa	7.167	7.275	14.442	3.029	21%	9.972	69%	1.441	10%	609	4%
Nordeste	2.445	2.492	4.937	876	18%	3.188	65%	873	18%	456	9%
Ponta Delgada	33.516	35.293	68.809	12.429	18%	48.580	71%	7.800	11%	3.509	5%
Povoação	3.091	3.236	6.327	1.118	18%	4.298	68%	911	14%	421	7%
Ribeira Grande	16.184	15.928	32.112	7.489	23%	21.866	68%	2.757	9%	1.279	4%
Vila Franca do Campo	5.585	5.644	11.229	2.184	19%	7.736	69%	1.309	12%	619	6%
ilha Terceira	27.697	28.740	56.437	9.167	16%	39.178	69%	8.092	14%	3.735	7%
Angra do Heroísmo	17.265	18.137	35.402	5.793	16%	24.398	69%	5.211	15%	2.446	7%
Praia da Vitória	10.432	10.603	21.035	3.374	16%	14.780	70%	2.881	14%	1.289	6%
ilha da Graciosa	2.174	2.217	4.391	650	15%	2.863	65%	878	20%	450	10%
Santa Cruz	2.174	2.217	4.391	650	15%	2.863	65%	878	19%	450	10%
ilha de São Jorge	4.565	4.606	9.171	1.335	15%	6.089	66%	1.747	19%	851	9%
Calheta	1.876	1.897	3.773	557	15%	2.463	65%	753	20%	369	10%
Velas	2.689	2.709	5.398	778	14%	3.626	67%	994	18%	482	9%
ilha do Pico	6.956	7.192	14.148	1.949	14%	9.395	66%	2.804	20%	1.435	10%
Lajes do Pico	2.327	2.384	4.711	623	13%	3.053	65%	1.035	22%	483	10%
Madalena	2.963	3.086	6.049	879	15%	4.061	67%	1.109	18%	600	10%
S. Roque	1.666	1.722	3.388	447	13%	2.281	67%	660	19%	352	10%
ilha do Faial	7.320	7.674	14.994	2.403	16%	10.307	69%	2.284	15%	1.082	7%
Horta	7.320	7.674	14.994	2.403	16%	10.307	69%	2.284	16%	1.082	7%
ilha das Flores	1.912	1.881	3.793	544	14%	2.554	67%	695	18%	323	9%
Lajes das Flores	780	724	1.504	221	15%	1.000	66%	283	19%	129	9%
Santa Cruz das Flores	1.132	1.157	2.289	323	14%	1.554	68%	412	18%	194	8%
ilha do Corvo	240	190	430	61	14%	298	69%	71	17%	39	9%
Corvo	240	190	430	61	14%	298	69%	71	18%	39	9%
55.75							1/-				
Portugal	Н	М	Total HM	0 - 14 anos (HM)	% jovens (pop 0-14 anos)	15-64 anos (HM)	% população adulta (15-64 anos)	65 e mais anos (HM)	% população idosa (65 e mais anos)	75 e mais anos (HM)	% população com 75 e mais anos
	4.923.666	5.451.156	10.374.822	1.490.241	14%	6.779.414	65%	2.105.167	20%	1.033.635	10%
Madeira	н	М	Total HM	0 - 14 anos (HM)	% jovens (pop 0-14 anos)	15-64 anos (HM)	% população adulta (15-64 anos)	65 e mais anos (HM)	% população idosa (65 e mais anos)	75 e mais anos (HM)	% população com 75 e mais anos
	121.068	137.618	258.686	39.278	15%	180.190	70%	39.218	15%	18.142	7%

Quadro 2- População residente em Portugal e Regiões Autónomas

Fonte: INE e SREA

Famílias clássicas residentes em Portugal, por zona geográfica, segundo a dimensão da família

2011

			Total de indivíduos									
Zona Geográfica	Total de famílias clássicas	Com 1	%	Com 2	%	Com 3	%	Com 4	%	Com 5 ou mais	%	nas Famílias Clássicas
Portugal	4043726	866827	21%	1277558	32%	965781	24%	671066	17%	262494	6%	10436516
Continente	3869188	834680	22%	1232982	32%	923812	24%	637236	16%	240478	6%	9927982
Norte	1330892	228923	17%	390608	29%	349821	26%	256375	19%	10516	1%	3657065
Centro	904770	195368	22%	301017	33%	209076	23%	149577	17%	49732	5%	2290030
Lisboa	1147775	293220	26%	376955	33%	255823	22%	160522	14%	61255	5%	2792992
Alentejo	302975	71676	24%	103694	34%	68492	23%	44375	15%	14738	5%	741454
Algarve	182776	45493	25%	60708	33%	40600	22%	26387	14%	9588	5%	446441
Região Autónoma dos Açores	81715	14006	17%	20871	26%	19231	24%	16295	20%	11312	14%	243882
Região Autónoma da Madeira	92823	18141	20%	23705	26%	22738	24%	17535	19%	10704	12%	264652

Quadro 3 - Famílias clássicas residentes em Portugal, por zona geográfica, segundo a dimensão

Fonte: INE – Censos 2011

Número de famílias clássicas residentes, por ilhas e concelhos Açores 2001 e 2011

ILHA/CONCELHO	Famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes) 2011											
	residentes		Com 1	%	Com 2	%	Com 3	%	Com 4	%	Com 5 ou	%
-	2001	2011									mais	
Santa Maria	1814	1998	415	21%	529	26%	474	24%	385	19%	195	10%
Vila do Porto	1814	1998	415	21%	529	26%	474	24%	385	19%	195	10%
São Miguel	36600	42987	6624	15%	9690	23%	10022	23%	9289	22%	7362	17%
Lagoa	3862	4380	499	11%	930	21%	1116	25%	1085	25%	750	17%
Nordeste	1754	1764	388	22%	438	25%	393	22%	356	20%	189	11%
Ponta Delgada	18595	22499	3994	18%	5446	24%	5281	23%	4540	20%	3238	14%
Povoação	1979	2106	373	18%	491	23%	516	25%	434	21%	292	14%
Ribeira Grande	7533	8991	1003	11%	1725	19%	1963	22%	2130	24%	2170	24%
Vila Franca do Campo	2877	3247	367	11%	660	20%	753	23%	744	23%	723	22%
Terceira	17271	19518	3390	17%	5490	28%	4694	24%	3864	20%	2080	11%
Angra do Heroísmo	10957	12195	2254	18%	3346	27%	2847	23%	2392	20%	1356	11%
Praia da Vitória	6314	7323	1136	16%	2144	29%	1847	25%	1472	20%	724	10%
Graciosa	1760	1658	372	22%	521	31%	367	22%	257	16%	141	9%
Santa Cruz	1760	1658	372	22%	521	31%	367	22%	257	16%	141	9%
São Jorge	3237	3413	727	21%	1027	30%	799	23%	560	16%	300	9%
Calheta	1352	1405	290	21%	425	30%	327	23%	236	17%	127	9%
Velas	1885	2008	437	22%	602	30%	472	24%	324	16%	173	9%
Pico	4829	5042	979	19%	1475	29%	1214	24%	789	16%	585	12%
Lajes do Pico	1582	1672	330	20%	472	28%	404	24%	261	16%	205	12%
Madalena	2057	2129	400	19%	618	29%	501	24%	363	17%	247	12%
S. Roque	1190	1241	249	20%	385	31%	309	25%	165	13%	133	11%
Faial	4788	5449	1053	19%	1645	30%	1308	24%	941	17%	502	9%
Horta	4788	5449	1053	19%	1645	30%	1308	24%	941	17%	502	9%
Flores	1392	1464	369	25%	453	31%	322	22%	187	13%	133	9%
Lajes das Flores	556	599	162	27%	190	32%	130	22%	69	12%	48	8%
Santa Cruz das Flores	836	865	207	24%	263	30%	192	22%	118	14%	85	10%
Corvo	155	186	77	41%	41	22%	31	17%	23	12%	14	8%
Vila Nova do Corvo	155	186	77	41%	41	22%	31	17%	23	12%	14	8%
Total Açores	71846	81715	14006	17%	20871	26%	19231	24%	16295	20%	11312	14%

Quadro 4 - Número de famílias clássicas residentes, por ilhas e concelhos

Fonte: SREA – Censos 2001 e 2011

Indicadores demográficos (taxas) - Açores 2014

Indicadores	Valor
Taxa de natalidade	9,4 ‰
Taxa de mortalidade	9,4 ‰
Índice de envelhecimento	78,6%

Quadro 5 - Indicadores demográficos (taxas)

Fonte: INE

INDICADORES DE EMPREGO

Indicadores de emprego nos Açores/ média anual

Condição da População perante o trabalho - 2014	Valor
População ativa	121.583
População empregada	101.769
População desempregada	19.815
Taxa de atividade tomando como referência a população total	49,1%
Taxa de atividade (15-64 anos)	68,5%
Taxa de emprego da população ativa (15-64 anos)	57,0%
Taxa de atividade feminina	43,1%
Taxa de desemprego	16,3%

Quadro 6 - Indicadores de emprego nos Açores

Fonte: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais – Publicação Situação Socioeconómica 2014

RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA¹

Ano 2014	Valor
Retribuição mínima mensal garantida (Nacional)	485,00*
Retribuição mínima mensal garantida (RAA)	509,25**

Quadro 7 - Retribuição mínima mensal garantida

RECEITAS E CONTRIBUINTES DA SEGURANÇA SOCIAL

Receita da segurança social (contribuições arrecadadas)

Açores 2000 - 2014

Anos	Montante
2000	121.131.197,38 €
2004	175.885.280,75 €
2008	208.749.492,14 €
2012	205.260.581,40 €
2013	208.558.663,94 €
2014	211.305.880,27 €

Quadro 8 - Receita da segurança social (contribuições arrecadadas)

Fonte: ISSA

^{*} Valor atualizado para 505,00€ a partir de 1 de outubro de 2014 (decreto-lei nº 144/2014 de 30 de setembro)

^{**} Valor atualizado para 530,25€ a partir de 1 de outubro de 2014

Contribuintes ativos - Pessoas Singulares, por ilha, sexo e tipo de qualificação

(Produtores Agrícolas, Seguro Social Voluntário, Serviço Doméstico e Trabalhadores Independentes)

20142

	Produtor Agrícola Açores		Seguro Social Voluntário		Serviço Doméstico			Trabalhador Independente				
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
SANTA MARIA	40	75	115	1		1	75		75	43	65	108
SÃO MIGUEL	231	1.298	1.529	44	18	62	1.575	7	1.582	594	960	1.554
TERCEIRA	571	659	1.230	27	10	37	804	9	813	320	529	849
GRACIOSA	88	79	167			0	34		34	27	49	76
SÃO JORGE	159	335	494	3	2	5	79		79	47	115	162
PICO	329	416	745	5	1	6	88		88	121	191	312
FAIAL	198	222	420	10	9	19	109	2	111	96	126	222
FLORES	82	79	161	4		4	11		11	42	55	97
CORVO	13	17	30			0			0	4	6	10
Total	1.711	3.180	4.891	94	40	134	2.775	18	2.793	1.294	2.096	3.390

Quadro 9 – Contribuintes ativos - Pessoas Singulares por ilha, sexo e tipo de qualificação

Fonte: ISSA

Contribuintes ativos – Pessoas Singulares – por anos e ilhas Açores 2012 – 2014

(Trabalhadores por conta de outrem e membros dos órgãos estatutários)

Ilhas	Dez 2012	Dez 2014	
Santa Maria	1.419	1.212	1.239
São Miguel	33.961	27.268	29.332
Terceira	14.072	9.998	11.820
Graciosa	976	855	762
São Jorge	2.106	1.552	1.960
Pico	3.281	2.729	2.845
Faial	3.833	3.159	3.260
Flores	822	598	721
Corvo	125	86	93
Açores	60.595	47.457	52.032

Quadro 10 - Contribuintes ativos - Pessoas Singulares - por anos e ilhas

Fonte: ISSA

2

Valores com o mês de referência a dezembro.

Contribuintes ativos – Entidades Empregadoras – por anos e ilhas Açores 2012 – 2014

Ilhas	Dez 2012	Dez 2013	Dez 2014
Santa Maria	157	138	143
São Miguel	3.240	2.816	2.494
Terceira	1.427	1.427 1.149	
Graciosa	115	85	63
São Jorge	318	260	285
Pico	451	365	357
Faial	432	352	328
Flores	85	56	64
Corvo	13	11	15
Açores	6.238	5.232	4.825

Quadro 11 - Contribuintes ativos – Entidades Empregadoras – por anos e ilhas

Fonte: ISSA

MICROCRÉDITO

Candidaturas ao microcrédito, por ilha - 2007 a 2014

CANDIDATURAS POR ILHA					
llha	Quantidade	%			
Santa Maria	36	7			
São Miguel	318	58			
Terceira	130	24			
Graciosa	1	0			
São Jorge	11	2			
Pico	13	2			
Faial	31	6			
Flores	3	1			
Corvo	3	1			
Total	546	100			

Quadro 12 - Candidaturas ao microcrédito, por ilha

Fonte: ISSA e DRAIC

VALORES MENSAIS DE PENSÕES E DO INDEXANTE DOS APOIOS SOCIAIS

Valores da Pensão mínima, da Pensão social e do Indexante dos apoios sociais 2011 - 2014

	2011	2012	2013	2014
Pensão mínima de invalidez e velhice do regime				
geral	246,36 €	254,00€	256,79€	259,36 €
(carreira contributiva inferior a 15 anos)				
Pensão social	189,52€	195,40€	197,55€	199,53 €
Indexante dos apoios sociais (IAS)	419,22 €	419,22€	419,22€	419,22€

Quadro 13 - Valores da Pensão mínima, da Pensão social e do Indexante dos apoios sociais

BENEFICIÁRIOS/TITULARES DE ALGUMAS PRESTAÇÕES SOCIAIS

Número de beneficiários, por tipo de prestação

Açores 2011 - 2014³

		Anos					
Prestações	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014			
Prestações Familiares (titulares)							
Abono de Família	36391	35429	37179	32542			
Bonificação por Deficiência (crianças e jovens)	1593	1738	2018	2027			
Subsídio de Assistência a 3ª Pessoa (Crianças e Jovens)	277	323	350	307			
Subsídio de Assistência a 3ª Pessoa (Adultos)	100	144	151	128			
Subsídio Vitalício	143	161	181	184			
ITPT-Indisponibilidade Temporária para o Trabalho (beneficiários)							
Subsídio de Doença	2466	2505	2476	2687			
Subsídio de Risco Clínico - Gravidez	337	358	355	398			
Subsídio Parental Inicial	795	730	611	807			
Subsídio Social Parental Inicial	265	278	318	300			
Subsídio de Assistência a Filho	214	232	327	357			
Algumas Prestações de Subsídio de Desemprego* (beneficiários)							
Nº Beneficiários	5475	8048	8791	8074			
Complemento Solidário para Idoso							
Nº Beneficiários	4386	4293	4018	3654			
Rendimento Social de Inserção (RSI)							
Nº Beneficiários	17276	17741	17598	18098			
Nº Famílias	4929	5381	5591	6000			

Quadro 14 - Número de beneficiários, ao mês de dezembro, por tipo de prestação

Fonte: ISSA e Portal da Segurança Social

3

Os dados apresentados fazem parte integrante de um sistema informático em permanente atualização.

Os dados tratados foram extraídos da aplicação SESS-WEB, tendo como referência o mês de dezembro. Poderão ser suscetíveis de alterações, dada a atualização posterior dos dados, pelo que não poderão ser tomados como valores definitivos.

^{*}Desemprego – inclui dados do Subsídio de desemprego, Subsídio social de desemprego, Subsídio social de desemprego subsequente e Subsídio de desemprego parcial.

DESPESA COM ALGUMAS PRESTAÇÕES SOCIAIS

Evolução da despesa com prestações sociais⁴ Açores 2011-2014

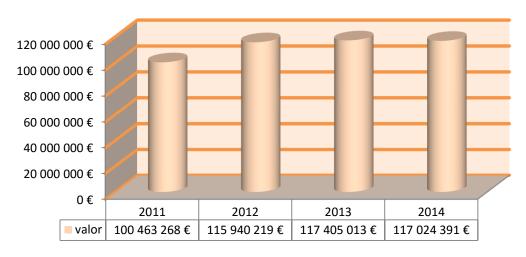


Gráfico 2 - Evolução da despesa com prestações sociais

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com prestações de proteção social na parentalidade⁵ Açores 2011-2014

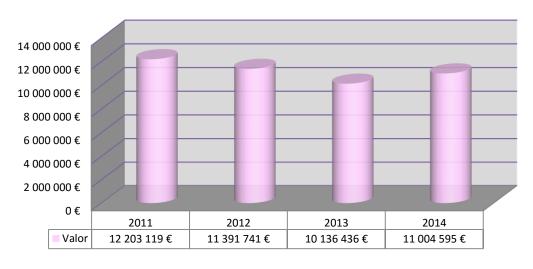


Gráfico 3 - Evolução da despesa com prestações de proteção social na parentalidade

Fonte: ISSA

Inclui os valores de todas as prestações sociais.

A proteção social na parentalidade engloba os seguintes subsídios: Subsídio por risco clínico na gravidez; Subsídio por interrupção na gravidez; Subsídio parental; Subsídio parental alargado; Subsídio por adoção; Subsídio por riscos específicos; Subsídio para assistência a filho e Subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica.

Evolução da despesa com abono de família

Açores 2011 - 2014

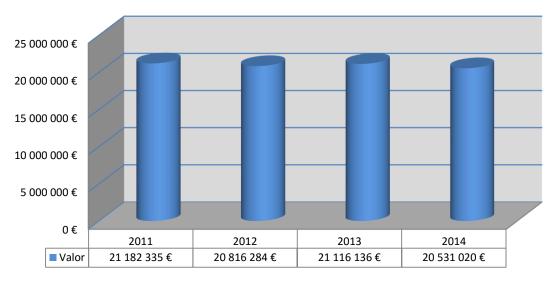


Gráfico 4 - Evolução da despesa com abono de família

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com subsídio de bonificação por deficiência (crianças e jovens)

Açores 2011 - 2014



Gráfico 5 - Evolução da despesa com subsídio de bonificação por deficiência (crianças e jovens)

Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - crianças e jovens Açores 2011-2014

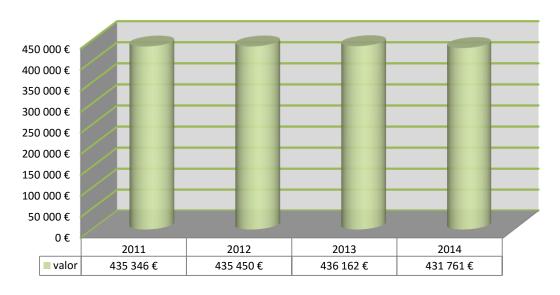


Gráfico 6 - Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - crianças e jovens

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - adultos Açores 2011-2014

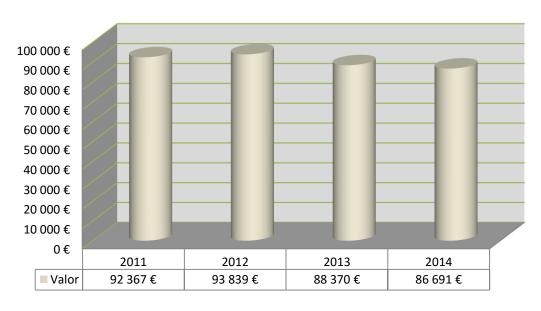


Gráfico 7 - Evolução da despesa com subsídio por assistência a terceira pessoa - adultos

Evolução da despesa com subsídio vitalício e complemento extraordinário vitalício Açores 2011-2014

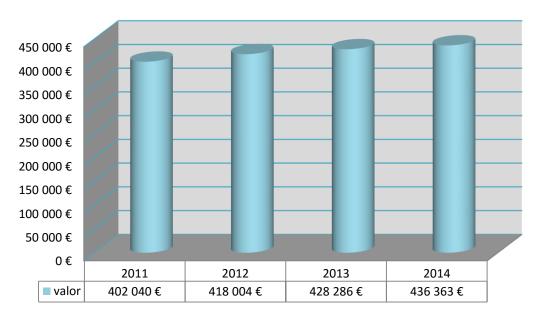


Gráfico 8 - Evolução da despesa com subsídio vitalício e complemento extraordinário vitalício

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com subsídio de doença Açores 2011 - 2014

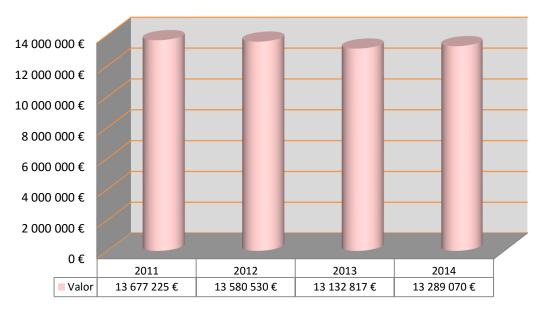


Gráfico 9 - Evolução da despesa com subsídio de doença

Evolução da despesa com prestações de desemprego⁶ Açores 2011 - 2014

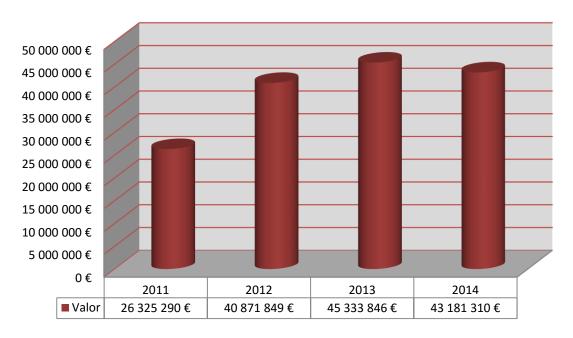


Gráfico 10 - Evolução da despesa com prestações de desemprego

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com rendimento social de inserção Açores 2011 - 2014

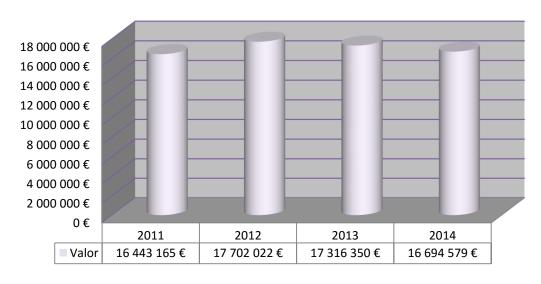


Gráfico 11 - Evolução da despesa com rendimento social de inserção

Fonte: ISSA

Inclui valores do Subsídio de desemprego, Subsídio social de desemprego, Subsídio social de desemprego subsequente e Subsídio de desemprego parcial.

Evolução da despesa com complemento solidário para idosos⁷ Açores 2011 - 2014

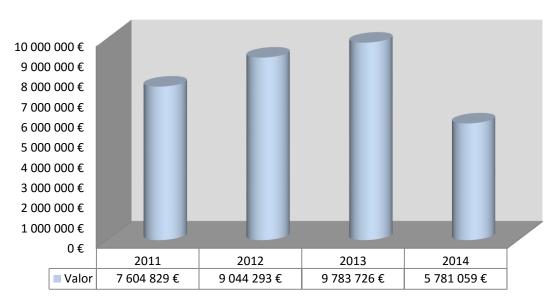


Gráfico 12 - Evolução da despesa com complemento solidário para idosos

Fonte: ISSA

Com a entrada em vigor do Decreto - Lei nº 13/2013 de 25 de janeiro que vem alterar o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos, previsto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº232/2005 de 29 de dezembro, refletiu-se no ano de 2014, uma significativa diminuição do nº de beneficiários e consequentemente da despesa com a prestação do CSI.

Evolução do número de beneficiários do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)⁸

Açores 2008 - 2014

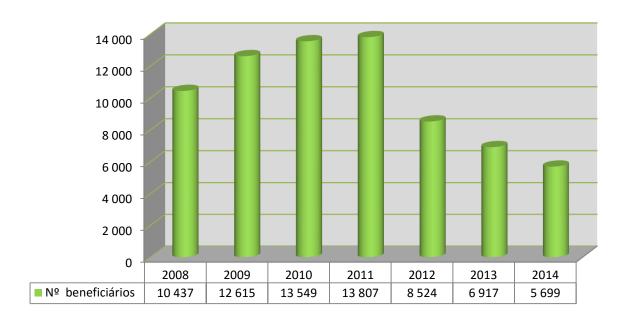


Gráfico 13 - Evolução do número de beneficiários do COMPAMID

Fonte: ISSA

A diminuição do número de beneficiários do COMPAMID na RAA, a partir de 2011, bem como do montante atribuído, coincide com as alterações efetuadas ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, 13 de janeiro, (Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2012), que alterou os rendimentos a considerar para a atribuição do COMPAMID, bem como restringiu o complemento à aquisição de medicamentos genéricos, exceto se não existirem no mercado.

Até 2012, os rendimentos tidos em conta para apuramento do direito ao COMPAMID eram apenas os rendimentos provenientes de pensão. A partir de 2012 passaram a ser contabilizados todos os rendimentos, tendo por base a declaração de IRS.

Evolução da despesa com COMPAMID

Açores 2008 - 2014

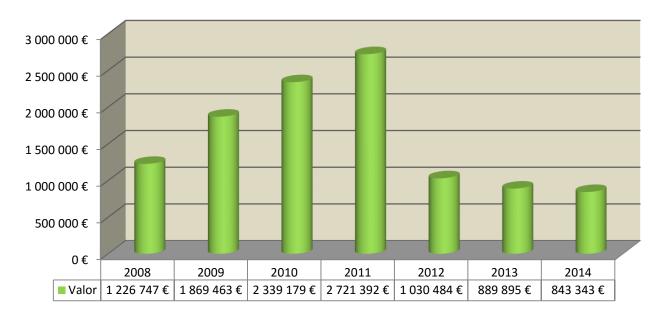


Gráfico 14 - Evolução da despesa com COMPAMID

Fonte: ISSA

Evolução do número de beneficiários do complemento regional de pensão $\mbox{Açores 2004 - 2014}$

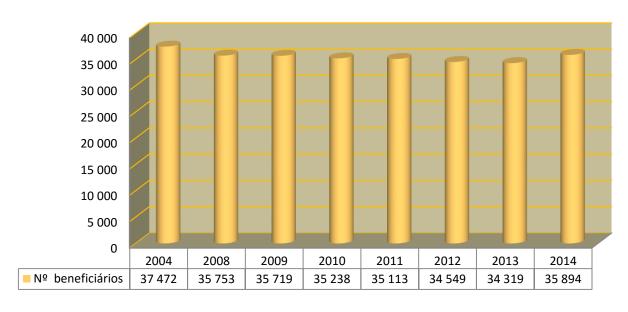


Gráfico 15 - Evolução do número de beneficiários do complemento regional de pensão

Evolução da despesa com complemento regional de pensão Açores 2004 – 2014

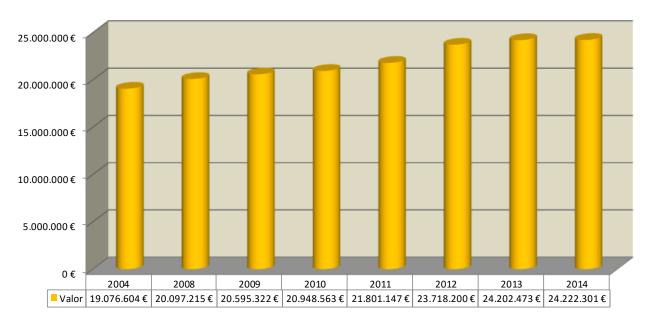


Gráfico 16 - Evolução da despesa com complemento regional de pensão

Fonte: ISSA

Evolução do número de titulares do complemento açoriano ao abono de família Açores 2009 - 2014

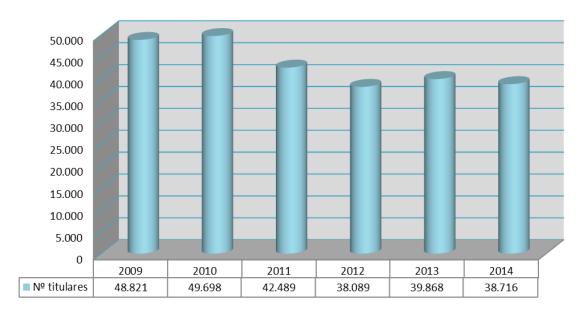


Gráfico 17 - Evolução do número de titulares do complemento açoriano ao abono de família

Evolução da despesa com complemento açoriano ao abono de família Açores 2009 - 2014

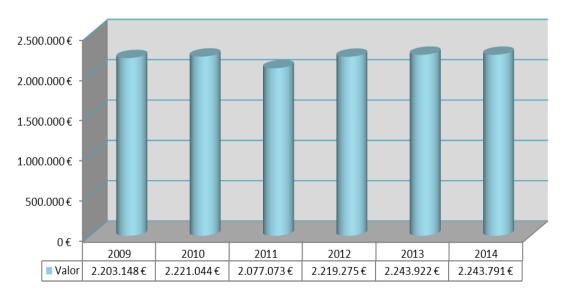


Gráfico 18 - Evolução da despesa com complemento açoriano ao abono de família

Fonte: ISSA

EVOLUÇÃO DA DESPESA E № DE PENSIONISTAS POR TIPO DE PENSÃO, REGIME E ENTIDADE PROCESSADORA

Evolução da despesa anual com pensões, por entidade processadora Açores 2011 – 20149

	2011	2012	2013	2014
Centro Nacional de Pensões	210.131.800 €	211.270.452 €	222.860.593 €	220.046.795 €
Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA)	1.141.122 €	2.612.657 €	2.744.566 €	2.681.552€
SUBTOTAL	211.272.922€	213.883.109€	225.605.159€	222.728.347 €
Complemento Regional de Pensão	21.801.147 €	23.718.200€	24.202.473 €	24.222.301€
TOTAL	233.074.069 €	237.601.308 €	249.807.632 €	246.950.649 €

Quadro 15 - Evolução da despesa anual com pensões, por entidade processadora

Fonte: ISSA

Em 2013, nos montantes de Pensões do CNP e ISSA (anterior IDSA) foram incluídos os valores referentes a pensionistas ativos e os suspensos a 31 de dezembro de 2013.

Valores pagos pelo ISSA (anterior IDSA) referentes ao ano de 2012 e 2013 foram alvo de atualização ao abrigo da Lei 90/2009 de 31 de agosto.

Evolução do número de pensionistas, por tipo de pensão e entidade processadora Açores 2011 - 2014

	Dez2011	Dez2012	Dez2013	Dez2014
Centro Nacional de Pensões (CNP)				
Invalidez	8623	8552	8629	8592
Velhice	25285	25666	25870	25619
Sobrevivência	15115	15154	15100	15077
Subtotal	49023	49372	49599	49288
Instituto da Segurança Social dos Açores - (ISSA)				
Invalidez	164	158	158	119
Velhice	210	187	167	126
Sobrevivência	10	9	7	4
Subtotal	384	354	332	249
Total	49407	49726	49931	49537

Quadro 16 - Evolução do número de pensionistas, por tipo de pensão e entidade processadora

Fonte: ISSA

Evolução do número de pensionistas, por regime e entidade processadora Açores 2011 – 2014

	Dez2011	Dez2012	Dez2013	Dez2014
Centro Nacional de Pensões (CNP)				
Regime Geral	43539	44306	44624	44524
Regime Especial de Previdência	2722	2496	2246	2028
Regime Não Contributivo	2762	2570	2729	2736
Subtotal	49023	49372	49599	49288
Instituto da Segurança Social dos Açores - (ISSA)				
Regime Geral				
Regime Especial de Previdência	373	339	313	248
Regime Não Contributivo	11	15	19	1
Subtotal	384	354	332	249
Total	49407	49726	49931	49537

Quadro 17 - Evolução do número de pensionistas, por regime e entidade processadora

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E RESPOSTAS SOCIAIS

Número de instituições particulares de solidariedade social e instituições equiparadas, sem fins lucrativos, segundo a natureza jurídica 10 Açores 2014

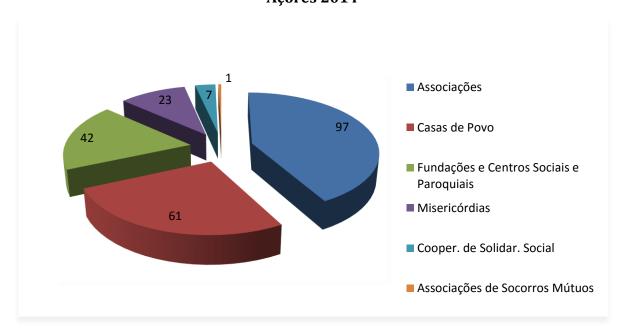


Gráfico 19 - Número de instituições particulares de solidariedade social e instituições equiparadas, sem fins lucrativos, segundo a natureza jurídica

¹⁰

Número de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS´s) com contratos de cooperação valor cliente, por ilha

Açores 2000 - 2014

		ANOS						
ILHA	CONCELHO	2000	2004	2008	2012	2013	2014	
Santa Maria	Vila do Porto	3	2	4	4	4	4	
To	otal Ilha	3	2	4	4	4	4	
	Lagoa	6	8	8	9	9	9	
	Nordeste	2	3	5	4	4	4	
C~ a National	Ponta Delgada	37	46	65	64	64	64	
São Miguel	Povoação	10	11	13	13	13	12	
	Ribeira Grande	12	16	16	15	14	15	
	Vila F. Campo	2	2	5	4	4	4	
To	otal Ilha	69	86	112	109	108	108	
	Angra Heroísmo	27	31	43	45	45	44	
Terceira	Praia Vitória	13	16	18	17	16	19	
To	otal Ilha	40	47	61	62	61	63	
Ca lawa	Calheta	4	5	5	5	5	5	
São Jorge	Velas	4	4	4	4	4	4	
To	otal Ilha	8	9	9	9	9	9	
Graciosa	Santa cruz	3	3	3	3	3	3	
To	otal Ilha	3	3	3	3	3	3	
	Lajes	7	7	7	7	6	6	
Pico	Madalena	8	9	9	9	9	8	
	São Roque	3	5	5	5	5	5	
To	otal Ilha	18	21	21	21	20	19	
Faial	Horta	13	16	18	18	18	18	
Total Ilha		13	16	18	18	18	18	
Flores	Lajes	3	4	4	3	3	3	
Flores	Santa Cruz	4	4	4	4	4	3	
Total Ilha		7	8	8	7	7	6	
Corvo	Corvo	1	1	1	1	1	1	
To	otal Ilha	1	1	1	1	1	1	
TOTA	AL REGIÃO	162	193	237	234	231	231	

Quadro 18 - Número de IPSS's com contratos de cooperação valor cliente, por ilha

Evolução do número de utentes e respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente, por áreas de intervenção social e tipologia¹¹

Açores 2000 - 2014

	20	00	20	2004 2008		2008		2011		12	2013		2014	***
	Nº	Nº Resp	Nº	Nº Resp	Nº	Nº Resp	Nº	Nº Resp	Nº	Nº Resp	Nº	Nº Resp	Nº	Nº Resp
	Utentes	Sociais	Utentes	Sociais	Utentes	Sociais	Utentes	Sociais	Utentes	Sociais	Utentes	Sociais	Utentes	Sociais
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	6.185	188 40	7.540	232	11.293	311	11.424	310	11.575 2.039	313	10.514	309	9.533	303
Creches Estabelecimento de Educação Pré- escolar (Jardim de Infância)	1.126 1.847	52	1.372 1.988	43 53	1.859 2.097	56 56	1.877 2.069	56 54	2.039	61 53	2.052 1.888	62 51	2.116 1.755	65 49
ATL's	2.416	65	3.316	88	4.907	120	4.785	120	4.740	118	4.122	118	3.650	121
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil	2.410	03	3.310	00	230	6	342	10	327	110	258	8	3.030	121
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental					230		342	10	327	10	230	٥	422	7
Lar de Infância e Juventude	449	18	467	31	488	38	500	34	571	35	521	36	286	39
Centro Acolhimento Temporário	46	5	64	6	78	7	81	7	81	7	67	7	28	4
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens b)	120	2	65	2	301	6	301	6	301	6	279	5	283	5
Centro de Apoio à Criança	50	1	0.5	-	301	Ü	301	Ü	301		2/3	J	203	
Centro de Informática	131	1	99	1										
Amas*			44	2	259	5	259	5	265	5	242	5	193	5
Ludoteca			102	2										
Centro de Atividades de Tempos Livres /Ludoteca Ambulante b)	a)	1	8	2	566	9	672	10	672	10	668	10	800	8
Centro de Atendimento / Acompanhamento Social	a)	2	0	1	390	6	420	6	390	6	299	5		
SOS Criança	a)	1	15	1	100	1	100	1	100	1	100	1		
Residência para Jovens mães e filhos	-/				18	1	18	1	18	1	18	1		
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	249	10	827	34	7.603	136	6.692	124	6.470	125	5.769	122	17.532	105
Ajuda Alimentar b)						1	0	1	0	2	0	2	160	2
Refeitório/Cantina Social										_			60	1
Alberg Noct/Refeitório/Lavandaria	100	1	40	1	40	1	70	1	70	1	47	1		
Apartamento Reinserção Social	8	1	18	2	26	3	26	3	26	3	28	3	7	1
Centro Alojamento Temporário	36	2	60	4	147	9	125	9	226	12	226	12	140	16
Equipa de Intervenção Direta													35	1
Centro de Atend/Acompanhamento Psicossocial														
Grupo de Autoajuda													111	1
Atendimento/Acompanhamento Social			0	1	1.295	19	1.185	18	1.005	15	897	14	7.005	24
Centro Apoio Familiar/Acons. Parental b)					1.572	19	1.492	18	1.407	18	1.151	17	0	0
Centro Acolh Temp. Mulheres (Casa Abrigo)	0	0	8	1	86	8	86	8	86	8	82	8	11	4
Centro Comunitário b)	U	U	265	7	2.377	33	1.777	27	1.777	27	1.605	30	9.629	45
Centro Atendimento b)	35	1	141	4	780	18	650	15	625	15	557	13	188	3
Forúm Sócio-Ocupacional	33		141	4	780	10	65	13	65	1	65	13	135	3
Centro de Desenvolvimento Comunitário			112	1			03		0.5		0.5	-	155	
Centro de Formação Sócio-Familiar	70	1	35	1										
Centro de Promoção e Emprego Social b)	,,,	_	61	3	1.106	20	1.046	19	1.013	19	941	17		
Rede de Residências (Toxicodependência)			22	1	1.100	20	1.040	13	1.015	13	341	1/		
SOS Mulher	a)	2	0	3	100	1	100	1	100	1	100	1		
Unidade de Vida Apoiada					8	1	8	1	8	1	8	1	0	0
Unidade de Vida Protegida			5	1	10	2	6	1	6	1	6	1	21	3
Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo					56	1	56	1	56	1	56	1	30	1
Atípica	a)	2	60	4						_				
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	385	19	557	23	943	33	1.024	35	1.003	34	1.070	34	1.088	38
Apart. Reinserção Social (Doença Mental)					8	1	8	1	8	1	0	0	0	0
Centro de Actividades Ocupacionais	203	10	327	13	419	16	489	17	467	16	509	17	475	16
Centro Aten./Acomp. Pessoa com Deficiência b)					341	9	341	9	341	9	376	9	446	12
Lar Residencial	28	4	36	4	40	4	51	5	44	4	42	4	57	6
Transporte de Pessoas com Deficiência	50	1	100	2	135	3	135	3	143	4	143	4	110	4
Atípica	104	4	94	4										
4 - TERCEIRA IDADE	6.125	158	6.947	188	7.942	215	8.034	217	8.251	224	7.518	224	6.581	222
Serviço de Apoio Domiciliário	1.805	35	2.056	36	2.112	38	2.114	38	2.117	39	1.992	40	1.813	41
Centro de Dia	311	10	193	9	291	13	281	12	329	17	302	17	248	19
Centro de Noite									8	1	7	1	9	1
Centro de Convívio	3.043	90	3.626	115	4.183	128	4.138	130	4.219	129	3.782	129	3.262	126
Unidade de Cuidados Continuados (Centro Geriátrico)**	74	2	111	3	142	4	162	4	162	4	155	4		
Unidade de Apoio Integrado UAI													57	2
Apoio Domiciliário Integrado - ADI (Cuidados de Saúde)													41	2
Estrutura Residencial para Idosos:Quartos (antigo Lar de Idosos	892	21	921	24	1.021	27	1.146	28	1.232	31	1.203	31	1.101	28
Prestadores de Cuidados a Idosos					89	3	89	3	80	1	0	0		
Estrutura Residencial para														
Idosos:Apartamentos/Moradia(antiga Residência para idosos) Unidade Móvel de Reabilitação-SAD			40	1	104	2	104	2	104	2	77	2	50	3
TOTAL(1+2+3+4)	12.944	375	15.871	477	27.781	695	27.174	686	27.299	696	24.871	689	34.734	668

Quadro 19 - Evolução do número de utentes e respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente por áreas de intervenção social e tipologia

Fonte: ISSA		

11

a) As Instituições não deram conhecimento do nº de utentes nos equipamentos sociais;

b) Nem todos os Acordos possuem Capacidade e Frequência definidas.

^{*} Amas - nº de respostas sociais diz respeito ao nº de instituições enquadradoras e não ao nº efetivo de Amas (informação que poderá ser consultada no Quadro nº 21, página 35)

^{**} Inclui um Centro Geriátrico (Stª Cª Mª de A. do Heroísmo) com Protocolo de Cooperação com uma média de 30 utentes (a partir de 2000) e um da Stª Cª Mª da Horta. As Unidade de Cuidados Continuados passaram a ser financiadas através de protocolos com a Rede de Cuidados Continuados Integrados dos Açores e não através de contratos de cooperação valor cliente.

^{***}A partir de janeiro de 2014, procedeu-se à classificação das novas nomenclaturas e conceitos das respostas sociais.

Evolução do número de respostas sociais, por área de intervenção social, capacidade instalada, frequência e taxas de crescimento, por ilha

Açores 2000-201412

		2000				2014*			_	_
Ilha	Área	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência	Taxa Cresc. Respostas	Taxa Cresc. Capacidade	Taxa Cresc. Frequência
	Infância e juventude	3	120	115	3	102	71	0%	-15%	-38%
	Invalidez e reabilitação	1	10	10	1	20	17	0%	100%	70%
SMA	Família e comunidade	0	0	0	1	80	98			
	Terceira idade	3	67	67	5	125	93	67%	87%	39%
	Subtotal	7	197	192	10	327	279	43%	66%	45%
	Infância e juventude	98	3374	3147	183	7017	5626	87%	108%	79%
SMG	Invalidez e reabilitação	11	233	233	23	860	785	109%	269%	237%
31410	Família e comunidade	9	360	227	74	14441	11622	722%	3911%	5020%
	Terceira idade	55	2080	1723	85	2965	2063	55%	43%	20%
	Subtotal	173	6047	5330	365	25.283	20.096	111%	318%	277%
	Infância e juventude	49	2114	1860	62	2793	2099	27%	32%	13%
TER	Invalidez e reabilitação	4	126	119	5	144	122	25%	14%	3%
IER	Família e comunidade	1	25	22	19	7209	5329	1800%	28736%	24123%
	Terceira idade	36	2006	1613	57	2848	2215	58%	42%	37%
	Subtotal	90	4271	3614	143	12.994	9.765	59%	204%	170%
	Infância e juventude	5	147	140	7	240	174	40%	63%	24%
	Invalidez e reabilitação	1	10	7	1	10	6	0%	0%	-14%
GRA	Família e comunidade	0	0	0	1	25	24			
	Terceira idade	6	308	279	8	376	299	33%	22%	7%
	Subtotal	12	465	426	17	651	503	42%	40%	18%
	Infância e juventude	9	300	246	15	465	328	67%	55%	33%
	Invalidez e reabilitação	1	15	15	2	40	33	100%	167%	120%
SJO	Família e comunidade	0	0	0	1	8	4			
	Terceira idade	5	353	317	10	526	373	100%	49%	18%
	Subtotal	15	668	578	28	1.039	738	87%	56%	28%
	Infância e juventude	10	247	210	12	347	235	20%	40%	12%
	Invalidez e reabilitação	1	5	1	2	65	37	100%	1200%	3600%
PIC	Família e comunidade	0	0	0	0	0	0			
	Terceira idade	25	1697	1026	27	1113	751	8%	-34%	-27%
	Subtotal	36	1949	1237	41	1.525	1.023	14%	-22%	-17%
	Infância e juventude	8	351	351	15	1622	830	88%	362%	136%
	Invalidez e reabilitação	0		0	3		72			
FAI	Família e comunidade	0	0	0	8	553	439			
	Terceira idade	18	1136	877	19	1018	595	6%	-10%	-32%
	Subtotal	26	1487	1228	45	3.287	1.936	73%	121%	58%
	Infância e juventude	4	127	99	4	180	151	0%	42%	53%
	Invalidez e reabilitação	0	0	0	1	50	16			
FLO	Família e comunidade	0	0	0	1	21	16			
	Terceira idade	7	223	171	8	224	159	14%	0%	-7%
	Subtotal	11	350	270	14		342	27%	36%	27%
	Infância e juventude	2	25	17	2		19	0%	0%	12%
	Invalidez e reabilitação	0		0	0		0		-,-	.,-
COR	Família e comunidade	0		0	0		0			
	Terceira idade	3	46	52	3	51	33	0%	11%	-37%
	Subtotal	5	71	69	5		52	0%	7%	-25%
	TOTAL	375	15.505	12.944	668		34.734	78%	194%	168%

Quadro 20 - Evolução do número de respostas sociais

Fonte: 153	SA		

¹²

^{*}A partir de janeiro de 2014, procedeu-se à classificação das novas nomenclaturas e conceitos das respostas sociais.

Evolução do número de amas, por concelho, ilha e instituição enquadradora Açores 2004 – 2014

	№ de Amas						
ILHA	CONCELHO	INSTITUIÇÕES 2		2008	2012	2013	2014
Ponta Delgad São Miguel	Ponta Delgada	Centro de Bem Estar Social João XXIII	8	30	15	15	13
	Tonta Deigada	Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo	0	11	15	16	16
	Ribeira Grande	CASA Bernardo Manuel S. Estrela	3	11	11	9	9
Terceira	Angra do Heroísmo	Casa do Povo de Porto Judeu	0	13	13	11	11
Faial	Horta	Lar das Criancinhas da Horta	0	10	10	8	8
	TOTAL				64	59	57

Quadro 21 - Evolução número de amas, por concelho, ilha e instituição enquadradora

Fonte: ISSA

REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS DOS AÇORES

Instituições com protocolo com a Rede de cuidados continuados, por concelho e ilha Açores 2008 – 2014

Instituição	Concelho	Ilha	N.º de camas	Ano/Despesa					
mstituição	Conceino	IIIIa	protocoladas	2008	2012	2013	2014		
Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	Terceira	12	28.446€	65.944€	97.169€	83.028€		
Santa Casa da Misericórdia de Horta	Horta	Faial	47	146.684€	163.383€	204.953€	236.641€		
Casa de Repouso João Inácio de Sousa	Velas	São Jorge	30		131.482€	153.068€	118.288€		
Clinica do Bom Jesus	Ponta Delgada	São Miguel	20		118.776€	176.991€	166.509€		
Total			109	175.130€	479.585€	632.182€	604.466€		

Quadro 22 - Instituições com protocolo com a Rede de cuidados continuados, por concelho e ilha

Fonte: DRSS e ISSA

CRIANÇAS E JOVENS

Crianças e jovens em risco apoiadas pelas equipas multidisciplinares

Açores 2011 - 2014¹³

	2011	2012	2013	2014
Número de crianças e jovens acompanhados pelas equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais	630	760	1032	1052
Número de agregados	388	481	726	Sem dados globais
Medidas de promoção e proteção (artº 35 da Lei 147/99)				
Apoio junto dos pais	284	298	247	339
Apoio de outro familiar	74	102	70	76
Confiança a pessoa idónea	28	14	12	12
Apoio para a autonomia de vida	9	12	12	14
Acolhimento familiar	9	4	2	1
Acolhimento em instituição *	348	340	352	303
Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção	ND	17	19	26

Quadro 23 - Crianças e jovens em risco apoiadas pelas equipas multidisciplinares

Fonte: ISSA

Adoção - Processos de crianças e candidatos

Açores 2011 - 2014

	2011	2012	2013	2014
Crianças em situação de adotabilidade (sinalizadas para adoção)	27	19	19	15
Candidatos selecionados para adoção em lista de espera	47	44	48	45
Casos em situação de pré-adoção na RAA (confiadas ao casal/p singular)	28	26	12	12
Crianças a aguardar decisão de Tribunal (sem sentença de adoção)	2	2	0	3
Crianças Adotadas	9	7	18	9

Quadro 24 - Adoção – Processos de crianças e candidatos

Fonte: ISSA

13

Atendendo a que há crianças que são transferidas de Instituição para outras Ilhas, este valor pode refletir duplicação de situações.

^{*} Informação relativa aos acolhimentos por área geográfica dos Lares de Infância e Juventude: inclui crianças acompanhadas pelas referidas equipas, CPCJ, bem como situações de tutelas e outros, que foram acolhidas ou mantiveram medida de acolhimento em 2014. Estes valores reportam-se ao número de crianças em situação de acolhimento a 31 de dezembro.

Evolução do número de adoções, por equipa de adoção Açores 2011- 2014

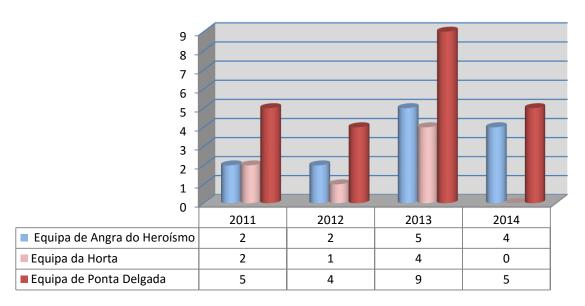


Gráfico 20 - Evolução do número de adoções, por equipa de adoção

Fonte: ISSA

DESPESA COM AÇÃO SOCIAL

Evolução da despesa com subsídios de precariedade económica Açores 2000 - 2014

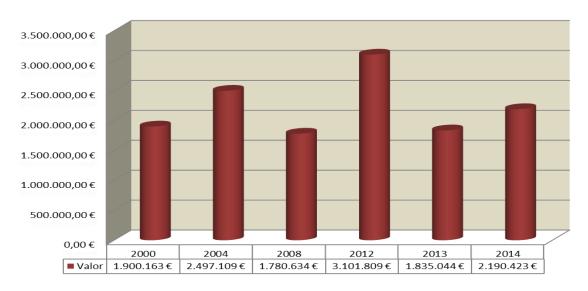


Gráfico 21 - Evolução da despesa com subsídios de precariedade económica

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com serviços/equipamentos, por tipo de Contratos de Cooperação e Plano de Investimento

Açores 2000 - 201414

	2000	2004	2008	2012	2013	2014
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	12.315.755 €	17.517.169€	27.217.004 €	32.268.946 €	34.096.257 €	31.366.459 €
CC - Valor Cliente	9.528.862 €	14.626.212 €	22.939.350€	27.578.164 €	27.644.379 €	29.141.945 €
CC - Valor Eventual	1.731.117 €	1.267.067 €	603.549 €	344.851 €	148.303 €	116.483 €
CC - Valor Investimento	556.978 €	528.890 €	739.993 €	182.212€	456.506 €	211.063 €
Plano de Investimentos*	498.798 €	1.095.000€	2.934.112€	4.163.718€	5.847.069 €	1.896.967 €
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	4.080.489 €	3.321.956 €	8.570.491 €	18.157.516 €	17.053.751 €	17.665.149 €
CC - Valor Cliente	700.359 €	1.510.258 €	7.234.225 €	9.404.144 €	9.640.882 €	10.095.748 €
CC - Valor Eventual	2.658.654 €	933.331 €	548.174 €	168.831 €	206.619€	148.584 €
CC - Valor Investimento	721.476 €	878.367 €	788.092 €	554.459 €	223.682€	277.491 €
Plano de Investimentos*	0€	0€	0€	8.030.082 €	6.982.568 €	7.143.325 €
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	1.710.020 €	3.055.729 €	7.168.307 €	6.285.851 €	5.555.248 €	5.290.247 €
CC - Valor Cliente	944.928 €	2.857.220 €	3.720.221 €	4.669.139€	4.729.141 €	4.909.081 €
CC - Valor Eventual	211.426 €	173.509 €	139.760€	33.937 €	35.836 €	32.722 €
CC - Valor Investimento	29.928 €	0€	433.995 €	26.161€	241.143 €	220.029 €
Plano de Investimentos*	523.738 €	25.000€	2.874.331 €	1.556.614 €	549.128€	128.415 €
4 - TERCEIRA IDADE	9.538.583 €	12.780.774 €	14.856.186 €	18.522.106 €	19.696.011 €	19.747.186 €
CC - Valor Cliente	5.344.600 €	8.472.471 €	10.848.718 €	12.142.299€	12.801.328 €	13.098.838 €
CC - Valor Eventual	1.388.869 €	513.548 €	207.021 €	163.811€	169.012€	248.894 €
CC - Valor Investimento	1.059.322 €	1.334.755 €	537.801 €	155.361€	125.810€	289.775 €
Plano de Investimentos*	1.745.792 €	2.460.000€	3.262.646 €	6.060.634 €	6.599.861 €	6.109.679 €
5 - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES **	0€	0€	0€	712.464 €	553.819€	646.913 €
Plano de Investimentos	0€	0€	0€	712.464 €	553.819€	646.913 €
6 - OUTROS***	997.262€	1.213.092 €	0€	0€	0€	0€
TOTAL=1+2+3+4+5+6	28.642.109 €	37.888.720 €	57.811.988 €	75.946.882 €	76.955.087 €	74.715.954 €

Quadro 25 - Evolução da despesa com serviços/equipamentos, por tipo de Contratos de Cooperação e Plano de Investimento

Fonte: DRSS, ISSA e Planos e Relatórios de Execução da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE)

¹⁴

^{*} Inclui ainda verbas do COMPAMID, Complemento Açoriano ao Abono de Famílias para Crianças e Jovens, Rede de Cuidados Continuados, Fundo Regional de Ação Social, Programa Sénior Ativo, Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa, Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas.

^{**} O projeto "Igualdade de Oportunidades" foi gerido, de 2009 a 2011, pela Direção Regional da Igualdade de Oportunidades que foi extinta a 7 de junho de 2011.

^{***}Inclui calamidades, Prevenção das toxicodependências, Promoção da Igualdade de Oportunidades e Intervenção Específica em Rabo de Peixe.

Evolução da despesa com as respostas sociais, por tipo de financiamento e áreas de intervenção social - Açores 2000 - 2014

Contrato de Cooperação - Valor Cliente

	2000	2004	2008	2012	2013	2014
Infância e Juventude	9.528.862 €	14.626.212 €	22.939.350€	27.578.164 €	27.644.379 €	29.141.945 €
Família e Comunidade	700.359 €	1.510.258 €	7.234.225 €	9.404.144 €	9.640.882 €	10.095.748 €
Invalidez e Reabilitação	944.928 €	2.857.220 €	3.720.221 €	4.669.139 €	4.729.141 €	4.909.081 €
Terceira Idade	5.344.600 €	8.472.471 €	10.848.718 €	12.142.299 €	12.801.328 €	13.098.838 €
TOTAL	16.518.749 €	27.466.161 €	44.742.514 €	53.793.747 €	54.815.730 €	57.245.613 €

Fonte: ISSA

Contrato de Cooperação - Valor Eventual

	2000	2004	2008	2012	2013	2014
Infância e Juventude	1.731.117 €	1.267.067 €	603.549 €	344.851 €	148.303 €	116.483 €
Família e Comunidade	2.658.654 €	933.331 €	548.174 €	168.831 €	206.619 €	148.584 €
Invalidez e Reabilitação	211.426 €	173.509 €	139.760 €	33.937 €	35.836 €	32.722€
Terceira Idade	1.388.869 €	513.548 €	207.021€	163.811 €	169.012 €	248.894 €
TOTAL	5.990.066 €	2.887.455 €	1.498.504 €	711.430 €	559.770 €	546.684 €

Fonte: ISSA

Contrato de Cooperação - Valor Investimento

	2000	2004	2008	2012	2013	2014
Infância e Juventude	556.978 €	528.890 €	739.993 €	182.212 €	456.506 €	211.063 €
Família e Comunidade	721.476 €	878.367 €	788.092 €	554.459 €	223.682 €	277.491 €
Invalidez e Reabilitação	29.928 €	0€	433.995 €	26.161 €	241.143 €	220.029 €
Terceira Idade	1.059.322 €	1.334.755 €	537.801 €	155.361 €	125.810 €	289.775 €
TOTAL	2.367.704 €	2.742.012 €	2.499.881 €	918.193 €	1.047.142 €	998.359 €

Quadro 26 - Evolução da despesa com as respostas sociais, por tipo de financiamento e áreas de intervenção social

Fonte: ISSA

Evolução da despesa com contratos de cooperação valor cliente, por tipo de respostas sociais e áreas de intervenção social

Açores 2000 - 2014¹⁵

	2000	2004	2008	2012	2013	2014*
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	9.528.862 €	14.626.213 €	22.939.350 €	27.578.164 €	27.644.379 €	29.141.945 €
Creches	2.164.441 €	4.256.662 €	6.480.323 €	7.680.510 €	8.072.200 €	8.936.905 €
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	3.615.369 €	3.181.100 €	4.732.194 €	5.206.279 €	5.271.512 €	5.216.428 €
Centro de Atividades de Tempos Livres	1.723.413 €	3.156.233 €	5.296.775 €	6.259.922 €	5.893.670 €	5.782.136 €
Lar de Infância e Juventude	2.025.639€	4.032.218€	4.736.768 €	5.134.124 €	5.116.470 €	5.733.570 €
Centro Acolhimento Temporário			1.000.267€	1.193.689 €	1.289.421 €	1.375.412€
Centro Atendimento Acompanhamento Psicossocial			381.464 €	662.881 €	696.852 €	683.592 €
Centro Apoio Familiar e Aconselhamento Parental			311.559€	733.889 €	658.431 €	796.029 €
Amas				706.870 €	645.823 €	617.873 €
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	700.359 €	1.510.257€	7.234.225 €	9.404.144 €	9.640.882 €	10.095.748 €
Albergue Noturno/Refeitório/Lavandaria	106.796 €	70.850€				
Apartamento Reinserção Social			255.803 €	124.318€	142.524 €	136.409 €
Casas de Abrigo			828.569€	580.985 €	610.378€	611.173 €
Centro Atendimento/Acompanhamento Social	249.114€	332.789€	1.365.917€	1.858.370 €	1.856.081 €	1.837.150 €
Centro Atendimento Acompanhamento Psicossocial						
Centro de Alojamento Temporário			447.956 €	1.333.418€	1.443.040 €	1.616.247 €
Centro Comunitário			2.185.293 €	3.070.889 €	3.138.371 €	3.214.637 €
Centro de Atendimento			513.661 €	687.476 €	683.547 €	627.456€
Centro de Promoção e Emprego Social			1.415.752€	1.435.784 €	1.443.847 €	1.611.819 €
Equipas de Rua Pessoas Sem Abrigo			47.347 €			
Unidade de Vida Protegida			173.926 €	179.646 €	179.646 €	284.828 €
Ajuda Alimentar a Carenciados				82.254 €	79.859€	104.893 €
Refeitório				51.006 €	63.590 €	51.136 €
Outros	344.449€	1.106.618€				
3- INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	944.928 €	2.857.219€	3.720.221 €	4.669.139 €	4.729.141 €	4.909.081 €
Centro de Atividades Ocupacionais	651.342 €	1.834.809€	2.377.038 €	2.969.279 €	3.093.620 €	3.261.232 €
Lar Residencial			538.143 €	747.429 €	682.665 €	690.449 €
Transporte de Pessoas com Deficiência			96.848 €	128.564 €	127.958€	126.589 €
Centro de Atendimento Pessoas com Deficiência			708.193 €	823.869€	824.898 €	830.812 €
Outros	293.586 €	1.022.410€				
4- TERCEIRA IDADE	5.344.600 €	8.472.470 €	10.848.718 €	12.142.299 €	12.801.327 €	13.098.838 €
Serviço de Apoio Domiciliário	1.722.809 €	2.658.824€	3.578.914 €	3.950.827 €	4.061.887 €	3.872.965 €
Centro de Dia	198.464 €	249.648€	434.332 €	771.280 €	811.705 €	818.695 €
Centro de Convívio	227.345 €	310.859€	193.906 €	263.443 €	291.360 €	234.908 €
Lar de Idosos	3.195.982 €	5.253.139€	6.641.565 €	7.145.256 €	7.590.397 €	8.126.108 €
Centro de Noite				11.494 €	45.978 €	46.162 €
TOTAL(1+2+3+4)	16.518.749 €	27.466.159€	44.742.514 €	53.793.747 €	54.815.729 €	57.245.613 €

Quadro 27 - Evolução da despesa com contratos de cooperação

Fonte: ISSA	4			

¹⁵

^{*}A partir de janeiro de 2014, procedeu-se à classificação das novas nomenclaturas e conceitos das respostas sociais.

Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento, por projeto Açores 2011 - 2014

	20	11	20	12	20	2013		14
Designação do Projecto	Dota	ıção	Dota	a çã o	Dota	ıção	Dota	ıção
	Revista	Executada	Revista	Executada	Revista	Executada	Revista	Executada
Apoio a Idosos	8 697 574 €	8 697 109 €	7 529 005 €	6 060 634 €	6 898 386 €	6 599 861 €	10 355 864 €	6 109 679 €
Apoio à Infância e Juventude	2 922 634 €	2 764 014 €	5 859 625 €	4 163 718 €	6 075 164 €	5 847 069 €	3 474 565 €	1 896 967 €
Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1 221 523 €	1 154 202 €	1 797 325 €	1 556 614 €	615 664 €	549 128 €	757 500 €	128 415 €
Apoio à Família, Comunidade e Serviços	9 471 190 €	7 604 445 €	12 263 836 €	8 030 082 €	8 228 182 €	6 982 568 €	9 076 900 €	7 143 325 €
Igualdade de Oportunidades	1 265 597 €	1 169 447 €	752 708 €	712 464 €	553 823 €	553 819 €	700 000 €	646 913 €
Total	23 578 518 €	21 389 217 €	28 202 499 €	20 523 512 €	22 371 219 €	20 532 445 €	24 364 829 €	15 925 299 €

Quadro 28 - Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento

Fonte: Portal do Governo - Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais - Publicações - Planos de **Investimentos**

SERVIÇO DE APOIO AO DOENTE DESLOCADO (SADD)

Evolução do número de doentes e acompanhantes apoiados pelo SADD Açores 2008-2014

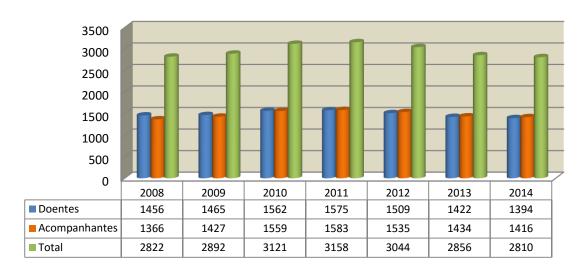


Gráfico 22 - Evolução do número de doentes e acompanhantes apoiados pelo SADD

Fonte: SADD

Evolução do montante despendido com apoio a doentes deslocados (Majoração comparticipação da segurança social para os hospitais e Unidades de Saúde da RAA e
SADD)

Açores 2008-2014

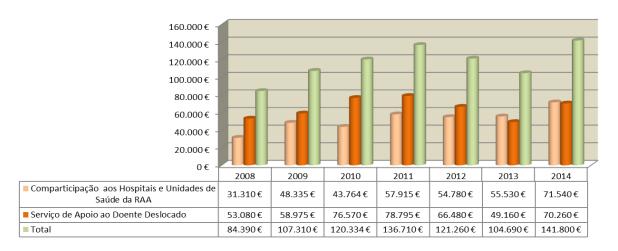


Gráfico 23 - Evolução do montante despendido com apoio a doentes deslocados - Majoração

Fonte: SADD

Evolução do $n^{\underline{o}}$ de atendimentos, por tipologia de informação

Açores 2013 - 2014

Mês/Ano	Informações programas de apoio		Informaçi processos			ga de entos e diversos	Totais mensais		
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	
Janeiro	428	756	803	1297	572	673	1803	2726	
Fevereiro	438	676	672	1248	518	764	1628	2688	
Março	544	739	730	1237	736	887	2010	2863	
Abril	767	1064	897	1047	992	1057	2656	3168	
Maio	487	713	848	1353	763	1381	2098	3447	
Junho	405	642	623	1258	702	1144	1730	3044	
Julho	557	1007	623	1172	711	1129	1891	3308	
Agosto	789	923	660	1014	572	1121	2021	3058	
Setembro	581	917	535	1031	776	1496	1892	3444	
Outubro	373	948	577	1160	505	1015	1455	3123	
Novembro	282	1070	671	1436	716	1522	1669	4028	
Dezembro	267	781	400	949	579	949	1246	2679	
Total anual	5918	10236	8039	14202	8142	13138	22099	37576	

Quadro 29 - Evolução do nº de atendimentos, por tipologia de informação

Fonte: DRH

Número de processos autorizados, por programa de apoio

Açores 2011 – 2014¹⁶

Programa	2011	2012	2013 (1)	2014
Realojamento pela via da Aquisição/ Construção de Habitação	136	40	34	9
Realojamento pela via do Subarrendamento *	87	168	254	380
Realojamento pela via do Subarrendamento - Opção de Compra *			20	97
Incentivo ao Arrendamento *	271	459	730	1001
Renovação e Regeneração Urbana	384	456	122	393

Quadro 30 - Número de processos autorizados, por programa de apoio

¹⁶

^{*} Valores anuais acumulados considerando que os apoios são alvo de atualização/renovação anual.

⁽¹⁾ Estes valores foram alvo de consolidação em relação ao último Boletim Estatístico.

Evolução do número de processos de realojamento¹⁷

Açores 2011 - 2014

Nº de Fogos Adquiridos/ Construídos/ Arrendados						
2011	2012	2013(1)	2014			
223	208	288	423			

Quadro 31 - Evolução do número de processos de realojamento

Fonte: DRH

Evolução dos apoios autorizados, em valor

Açores 2013 - 2014

Apoios Autorizados					
2013 (1)	2014				
6.774.486 €	10.096.748 €				

Quadro 32 - Evolução dos apoios autorizados, em valor

¹⁷

Valores anuais acumulados considerando que os apoios são alvo de atualização/ renovação anual.

⁽¹⁾ Este valor foi alvo de consolidação em relação ao último Boletim Estatístico

Apoios autorizados em valor

Açores - 2014

	Apoios Autorizados em 2014							
		Ap	ooio a Famílias			Pa		
	Aquisição /Construção Habitação	Realojamento pela via da Aquisição/ Construção de Habitacão	Realojamento pela via do Sub arrendamento	Incentivo ao arrendamento	Renovação e regeneração urbana	Contratos ARAAL/ Programa	Protocolo com IPSS e Juntas de freguesia	Totais
Santa Maria	13.650 €		12.526 €	18.519€	210.984 €		64.487 €	320.166 €
São Miguel	272.447 €	601.032 €	1.442.681 €	1.035.819 €	2.765.581 €		384.543 €	6.502.102 €
Terceira	85.990 €	105.000 €	74.551€	714.315 €	466.574 €		55.190 €	1.501.620 €
Graciosa				48.751€	154.858 €		25.000 €	228.608 €
São Jorge	16.320 €		173.651 €	112.269 €	545.704 €			847.944 €
Pico	27.625 €			53.490 €	336.003 €			417.118 €
Faial	24.505 €			61.242 €	19.664 €			105.411 €
Flores	12.870 €		3.600€	18.660 €	136.066 €		2.585 €	173.780 €
Corvo								
Total Açores	453.407 €	706.032 €	1.707.008 €	2.063.065 €	4.635.432 €	0€	531.805 €	10.096.748 €

Quadro 33 - Apoios autorizados em valor

Fonte: DRH

Apoios concedidos em valor

Açores 2014

	Apoios Concedidos em 2014							
		Apoio a Famílias	Parcerias					
Ilhas	Aquisição/ Construção Habitação	Realojamento pela via da Aquisição/ Construção de Habitação	Realojamento pela via do Sub arrendamento	Incentivo ao arrendamento	Renovação e regeneração urbana	Contratos ARAAL/ Programa	Protocolo com IPSS e Juntas de freguesia	Totais
Santa Maria	18.457 €		12.526 €	18.519€	183.108 €		11.500 €	244.110€
São Miguel	301.187 €	1.241.977 €	1.442.681 €	1.035.819 €	1.839.256 €	1.414.888 €	472.190 €	7.747.998 €
Terceira	57.979€	195.022€	74.551 €	714.315 €	814.770 €	736.938 €	134.468 €	2.728.043 €
Graciosa				48.751€	202.761 €	150.000€	25.000 €	426.512 €
São Jorge	30.613 €	147.061 €	34.500 €	112.269 €	775.876 €			1.100.319 €
Pico	1.680 €			53.490 €	141.386 €	973.750€		1.170.306 €
Faial	40.689 €			61.242 €	407.307 €	2.921.250€	16.009€	3.446.496 €
Flores	12.870 €	27.500 €	3.600 €	18.660 €	138.648 €		2.585 €	203.863 €
Corvo								0€
Total Açores	463.474 €	1.611.560 €	1.567.857 €	2.063.065 €	4.503.113 €	6.196.826€	661.751€	17.067.647 €

Quadro 34 - Apoios concedidos em valor

Evolução dos apoios de aquisição, construção e realojamentos $\mbox{Açores - 2013 - 2014} \mbox{18}$

Apoios	2013 (1)	2014	Total	
Aquisição / Construção de Habitação	161.948 €	463.474 €	625.422 €	
Realojamentos (RAA, SPRHI, e Municípios)	9.579.739 €	11.289.308 €	20.869.047 €	
Total	9.741.687 €	11.752.783 €	21.494.469 €	

Quadro 35 - Evolução dos apoios de aquisição, construção e realojamentos

Fonte: DRH

Evolução dos investimentos em renovação e regeneração urbana (recuperação de habitação degradada)

Açores 2013 - 2014

Apoios	2013 (1)	2014	Total	
Habitação Degradada	4.732.573 €	4.503.113€	9.235.686€	
Contratos ARAAL (Câmaras Municipais)	200.000€	150.000€	350.000 €	
Protocolos com IPSS e Juntas de Freguesia	818.767€	661.751€	1.480.518 €	
Total 5.751.340 €		5.314.864€	11.066.204 €	

Quadro 36 - Evolução dos investimentos em renovação e regeneração urbana

¹⁸

⁽¹⁾ Este valor foi alvo de consolidação em relação ao último Boletim Estatístico.

Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento, por projeto Açores 2011 - 2014

	2011		2012		2013		2014	
	Dotação		Dotação		Dotação		Dotação	
Designação do Projecto	Revista	Executada	Revista	Executada	Revista	Executada	Revista	Executada
Incentivo à Construção e Aquisição de Habitação Própria	5.848.197€	5.744.483 €	8.390.182 €	8.228.642 €	-	-	-	-
Recuperação do Parque Habitacional	5.368.095 €	5.341.245 €	6.319.244 €	5.939.675 €	-	-	-	-
Promoção de Habitação para Realojamentos	11.493.515 €	11.486.744 €	6.688.988 €	4.533.860 €	-	-	-	-
Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	-	-	-	-	5.505.799 €	5.279.231 €	8.773.892 €	5.763.482 €
Arrendamento Social e Cooperação	-	-	-	-	11.497.093 €	10.213.796 €	12.765.724 €	11.285.745 €
Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	667.423€	602.767 €	597.759 €	492.874 €	107.620 €	99.085 €	162.393 €	110.371 €
Total	23.377.230 €	23.175.239 €	21.996.173 €	19.195.052€	17.110.512€	15.592.112 €	21.702.009 €	17.159.599 €

Quadro 37 - Evolução das verbas aprovadas e executadas do Plano de Investimento, por projeto

Fonte: Portal do Governo Regional dos Açores - Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE)

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Com a aprovação do Programa do XI Governo dos Açores, inicia-se um novo ciclo de planeamento e de programação para a presente legislatura.

Considerando as Orientações de Médio Prazo (OMP) de 2013-2016, compiladas do Programa do XI Governo Regional dos Açores, em matéria de solidariedade social, as redes públicas de apoio e proteção social revelam-se como pilares do equilíbrio social, principalmente quando se atravessa um período de crise económica, como também de grande restrição financeira, a qual limita o alcance e a abrangência dos apoios a prestar aos públicos mais desfavorecidos.

No período mais recente, com o agudizar da conjuntura económica e social, regista-se alguma reorientação dos recursos e do volume das prestações sociais. Em 2014, as verbas pagas com as prestações sociais ultrapassaram os 117 M€.

Perante a situação do mercado de trabalho, têm sido diversas as formas de apoio ao desemprego. Em 2014, as prestações de desemprego ultrapassaram os 43M€.

De realçar o apoio ao rendimento das famílias, através da prestação - rendimento social de inserção (RSI). Esta prestação tem sido um dos instrumentos fundamentais na prevenção da exclusão social e da pobreza. Em 2014, foram cerca de 6 mil famílias e 18 mil os beneficiários do RSI.

Para enfrentar os novos desafios colocados pela atual circunstância económica e social, é necessária uma intervenção social transversal a todos os setores do governo e da sociedade civil. Assim, propõe-se um modelo de intervenção social sustentável, assente nos princípios da cooperação, da solidariedade, da equidade, da proximidade e também da racionalidade e eficiência, que permita potenciar e aumentar a eficácia da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dos Açores, proporcionando uma melhor e mais célere resposta às necessidades de suporte social e de inclusão das pessoas.

Pretende-se também reforçar a cooperação com as IPSS´S e com as Misericórdias, considerando a sua proximidade às comunidades, na identificação das necessidades e dos recursos.

Em 2014, as despesas com ação social, as quais incluem os valores relativos aos contratos cooperação, valor cliente, investimento, eventual, acordos de cooperação – igualdade de oportunidades e planos de investimento, atingiram um montante que rondou os 74,7 M€.

O modelo de intervenção social proposto baseia-se nos princípios da territorialização, parceria, participação, corresponsabilização e responsabilidade social, não só da rede de instituições, como do Governo Regional, sem excluir a sociedade civil, incentivando a prática do voluntariado e o envolvimento dos potenciais beneficiários. O investimento público na melhoria Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dos Açores privilegiará a infância e juventude ao nível do redimensionamento da rede de creches; o apoio

aos idosos através da melhoria da rede dos serviços de apoio domiciliário, centros de dia e centros de noite, apostando numa lógica de proximidade, na promoção da autonomia dos cidadãos mais velhos e no apoio às pessoas com deficiência e suas famílias.

O investimento público será prioritariamente direcionado para a reabilitação do edificado e nos recursos já existentes, na melhoria da prestação dos serviços e respostas, potenciando a sua eficácia e eficiência.

O lema é investir mais nas pessoas e nos processos de humanização e menos nas estruturas e organizações.

Para implementar uma "economia de escala", este setor social propõe-se premiar a eficiência e a qualidade de resultados assentes na promoção da corresponsabilização, do diálogo, da cooperação entre territórios e instituições, implementando um sistema integrado para utilização dos recursos em transportes, cozinhas e lavandarias e outras estruturas instaladas, nomeadamente salas de *snoezelen*.

As medidas de promoção de políticas da igualdade de oportunidades a ser desenvolvidas terão como desígnio o reforço de estratégias que promovam a igualdade de direitos, de representação, de reconhecimento para todos e o combate à violência e descriminação.

As ações propostas foram agrupadas por públicos-alvo, infância e juventude, idosos, pessoas com deficiência, família comunidade e serviços, para além das que visam a promoção da igualdade de oportunidades e os programas de apoio social.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

A Segurança Social dos Açores no âmbito da rede regional de solidariedade social, adotou as nomenclaturas e conceitos aprovados pela Secretaria de Estado da Segurança Social e publicadas em Manual pela Direção Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, introduzindo-se apenas a legislação específica na Região Autónoma dos Açores (RAA), com especial relevo para o Código da Ação Social dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº16/2012/A, de 04 de abril, o que implicou um novo reenquadramento e "renomeação" de algumas das respostas sociais da Região, de acordo com o Manual "Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais".

A partir de Janeiro de 2014, procedeu-se à utilização da classificação destas novas nomenclaturas e conceitos das respostas sociais.

A caracterização das Resposta Sociais enquadra-se no âmbito de três grandes áreas de intervenção: *Infância e Juventude, População Adulta* e *Família e Comunidade*. Em cada área identificam-se as respetivas valências.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES - CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitava, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO JUVENIL

Resposta social, criada especificamente na RAA, desenvolvida através de um serviço, a qual visa promover o desenvolvimento de ações socioeducativas junto de jovens em situações de risco, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos e multiproblemáticos.

POPULAÇÃO ADULTA

Integra as respostas sociais relativas à "Terceira Idade" e Invalidez e Reabilitação"

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

PRESTADORES DE CUIDADOS A IDOSOS

Resposta social, criada especificamente na RAA, no âmbito do serviço de apoio domiciliário que visa o apoio social ao idoso, no seu domicílio, assegurada por prestadores de cuidados, enquadrados em instituições

particulares de solidariedade social, que possuem acordo de cooperação-valor cliente homologado pela Segurança Social.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

RESIDÊNCIA

Resposta social desenvolvida em equipamento constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS: QUARTOS (ANTES: LAR DE IDOSOS)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS E INTEGRADOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Resposta social, criada especificamente na RAA, desenvolvida em equipamento coletivo de utilização temporária ou permanente, destinada a pessoas idosas com necessidades de cuidados continuados de

saúde, pessoas com perda de funcionalidade e doentes terminais. (Decreto Legislativo Regional nº 16/2008/A, de 12 de Junho).

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS - CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO - ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO - UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as

atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas "estruturados" que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou "flexíveis" onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTOAJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FORMAÇÃO SOCIOFAMILIAR

Resposta social, criada especificamente na RAA, que visa promover competências pessoais e sociais, o desenvolvimento de potencialidades individuais, num enquadramento familiar, com vista à integração social, na comunidade em que se insere.

CENTRO DE PROMOÇÃO E EMPREGO SOCIAL

Resposta social, criada especificamente na RAA, desenvolvida em equipamento visando a integração socioprofissional, em estruturas produtivas, de indivíduos com difícil integração no meio laboral dito normal.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL - CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de HIV, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

COMPLEMENTOS AÇORIANOS - Enquadramento legal

COMPLEMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELOS IDOSOS - COMPAMID

Beneficiam do COMPAMID – os pensionistas residentes na Região Autónoma dos Açores, com idade igual ou superior a 65 anos, que aufiram rendimentos que não ultrapassem, anualmente, doze vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores.

O COMPAMID destina-se especificamente à compra de medicamentos, prescritos por receita médica pelo Serviço Regional de Saúde.

Montante do Apoio: O valor anual do COMPAMID é de metade do salário mínimo regional.

<u>Legislação:</u>

- Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A
- Portaria n.º 47/2008 de 3 de Junho de 2008

Medidas facilitadoras de acesso ao COMPAMID:

Disponibilização da aplicação informática do COMPAMID nos Postos de Atendimento da RIAC, tornando possível a entrega dos comprovativos da despesa com medicamentos também nos PAC's, além dos serviços de segurança social.

COMPLEMENTO REGIONAL DE PENSÃO

O Complemento Regional de Pensão destina-se a pensionistas com residência permanente na Região Autónoma dos Açores com rendimento de pensão de valor total não resulte rendimento tributável em sede de IRS.

Aprovado pelo <u>Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A</u>, de 10 de Abril, foi alterado pelo <u>Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/A</u>, de 23 de Outubro, por forma a proceder a uma clarificação de conceitos, como o de residente na Região, e atualizar os parâmetros de atribuição dos montantes do complemento regional de pensão dada a sua desatualização face aos aumentos do salário mínimo, permitindo assim, abranger mais beneficiários.

Legislação:

- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A</u>, de 10 de Abril, alterado pelo <u>Decreto Legislativo Regional n.º</u> <u>22/2007/A</u>, de 23 de Outubro.
- Decreto Legislativo Regional n.º 3/2013/A de 23 de maio
- Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/A de 23 de Outubro
- Declaração de Retificação 19-A/2002, de 30 de Abril
- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/2007/A, de 23 de Outubro</u>

COMPLEMENTO AÇORIANO AO ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS

Reforço das prestações familiares na região, nomeadamente do Abono de Família a Crianças e Jovens, abonado em 12 mensalidades, no valor de 12€, de acordo com o seguinte escalonamento:

	Escalões de Rendimentos (Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto)				
	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão	4º Escalão	5° Escalão
Até 24 meses	100% (12€)	80% (9,6€)	70% (8,4 €)	60% (7,2€)	55% (6,6€)
Com mais de 24 meses	38% (4,56 €)	25% (3 €)	20% (2,4 €)	18% (2,16€)	15% (1,8 €)

Legislação:
- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 25/2008/A, 24 de Julho</u>
- Decreto Legislativo Regional n.º 3/2013/A de 23 de maio
- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/A de 23 de Outubro</u>
- <u>Declaração de Retificação 19-A/2002, de 30 de Abril</u>

APOIOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS - Glossário

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por:

- Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;
- Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento social insercao

ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS

Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14988/abono familia criancas jovens

ABONO DE FAMÍLIA PRÉ-NATAL

Prestação atribuída à mulher grávida a partir da 13.ª semana de gestação, que visa incentivar a maternidade através da compensação dos encargos acrescidos durante o período de gravidez.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14972/abono familia pre natal

MAJORAÇÃO DO MONTANTE DE ABONO DE FAMÍLIA

Para as famílias monoparentais

Aumento de 20% no valor de:

- Abono de família para crianças e jovens;
- Abono de família pré-natal;
- Bonificações do abono de família (por exemplo, bonificação por deficiência).

Para as famílias com 2 ou mais crianças

Aumento do valor do abono de família para crianças e jovens.

As crianças dos 12 aos 36 meses recebem o abono a dobrar, se a família tiver 2 crianças.

As crianças dos 12 aos 36 meses recebem o abono a triplicar, se a família tiver 3 ou mais crianças.

Guia Prático:

http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14988/majoracao montante abono familia criancas jovens

BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA

É um valor em dinheiro que é adicionado ao abono de família das crianças ou jovens portadores de

deficiência, com o objetivo de compensar as suas famílias dos encargos resultantes da sua situação.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15003/bonificacao deficiencia

SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO

É uma prestação em dinheiro, paga a pessoas mais de 24 anos, que se destina a compensar o acréscimo de

encargos familiares dos descendentes dos beneficiários, portadores de deficiência de natureza física,

orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontrem impossibilitados de assegurar normalmente a sua

subsistência pelo exercício de atividade profissional.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15005/subsidio mensal vitalicio

SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA

É uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber

abono de família com bonificação por deficiência ou subsídio mensal vitalício, que estejam em situação de

dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de 3.º pessoa.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15001/subsidio assitencia terceira pessoa

SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO

Prestação em dinheiro atribuída ao pai ou à mãe, para prestar assistência imprescindível e inadiável a filho,

por motivo de doença ou acidente, desde que:

Ambos exerçam atividade profissional e

• O outro progenitor não requeira o subsídio pelo mesmo motivo, ou esteja impossibilitado de prestar

assistência.

No caso de filho com mais de 18 anos a atribuição do subsídio depende, ainda, de este estar integrado no

agregado familiar do beneficiário.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14994/subsidio assistencia filho

SUBSÍDIO DOENÇA

É uma prestação em dinheiro, atribuída ao beneficiário para compensar a perda de remuneração resultante

do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença.

Considera-se doença, toda a situação mórbida, evolutiva, não decorrente de causa profissional ou de ato da

responsabilidade de terceiro pelo qual seja devida indemnização, que determine incapacidade para o

trabalho.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14993/subsidio doenca

SUBSÍDIO PARENTAL

Subsídio atribuído ao pai e ou à mãe, com vista a substituir o rendimento de trabalho perdido, durante o

período de licença por nascimento de filho.

Este subsídio compreende as modalidades a seguir indicadas:

subsídio parental inicial (é um apoio em dinheiro concedido por um período de até 120 ou 150 dias consecutivos,

conforme opção dos pais, no entanto, nas situações em que a criança nasce sem vida (nado-morto), apenas há lugar à

concessão de 120 dias.)

subsídio parental inicial exclusivo da mãe (é concedido por um período facultativo até 30 dias antes do parto e seis

semanas obrigatórias (42 dias) após o parto.)

subsídio parental inicial exclusivo do pai (É um apoio em dinheiro dado ao pai que está de: Licença de dez dias

úteis obrigatórios e Licença de dez dias úteis facultativos)

subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro (corresponde ao período

de tempo de licença parental inicial da mãe ou do pai que não foi gozado por um deles devido a: Incapacidade física ou

mental, medicamente certificada, enquanto esta se mantiver; Morte.)

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14973/subsidio_parental

SUBSÍDIO PARENTAL ALARGADO

Subsídio atribuído ao pai ou à mãe ou a ambos, alternadamente, para assistência a filho integrado no

agregado familiar, com vista a substituir o rendimento de trabalho perdido, desde que a licença seja gozada

imediatamente a seguir ao termo do período de concessão do subsídio parental inicial ou do subsídio

parental alargado do outro progenitor.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14973/subsidio parental alargado

SUBSÍDIO POR RISCO CLÍNICO DURANTE A GRAVIDEZ

É um apoio em dinheiro dado à mulher grávida, durante o tempo considerado necessário pelo médico, nas

situações de risco para a saúde da mãe ou da criança (gravidez de risco).

Estes dias de licença por risco clínico não são descontados na licença parental inicial a que ainda tem direito.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14976/subsidio-risco-clinico-durante-gravidez

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O subsídio de desemprego é um valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de

forma involuntária, e que se encontre inscrito para emprego no Centro de Emprego ou Serviço de Emprego

dos Centros de Emprego e Formação Profissional (doravante designado por Serviço de Emprego).

O subsídio de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15007/subsidio_desemprego

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO PARCIAL

É uma prestação em dinheiro atribuída aos trabalhadores que requereram ou estejam a receber subsídio de

desemprego e iniciem atividade por conta de outrem com contrato a tempo parcial ou uma atividade

independente.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15009/subsidio desemprego parcial

SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO

É uma prestação em dinheiro atribuída ao beneficiário desempregado, para compensar a falta de

remuneração motivada pela perda involuntária de emprego, quando este:

Não reúna as condições para receber o subsídio de desemprego ou

Já tenha recebido a totalidade do subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de

desemprego subsequente ao subsídio de desemprego).

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15008/subsidio_social_desemprego

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO – MONTANTE ÚNICO

O montante único corresponde ao valor de todos os subsídios que normalmente seriam pagos mês a mês

durante todo o período de concessão, deduzido dos valores já recebidos, com a finalidade de possibilitar à

pessoa que recebe subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego inicial tomar a iniciativa de

criar o seu próprio emprego.

Guia Prático:

http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15007/prestacoes_desemprego_montante_unico

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação integrada no Subsistema de Solidariedade do

Sistema de Proteção Social de Cidadania, destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos,

com mais de 65 anos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os

destinatários já possuem.

Guia Prático: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15014/complemento_solidario_idosos

DEMOGRAFIA - conceitos

FAMÍLIA CLÁSSICA

Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Também é designado "índice de vitalidade". É a relação entre a população idosa e a população jovem. Habitualmente definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

POPULAÇÃO RESIDENTE

É o conjunto de indivíduos que, independentemente de no momento da observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

TAXA DE NATALIDADE

Também é designada por "taxa geral de natalidade". Corresponde ao número de nados-vivos numa determina região, para um determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado. Geralmente é expressa por 1000 habitantes.

TAXA DE MORTALIDADE

Também é designada por "taxa geral de mortalidade". Corresponde ao número de óbitos ocorridos numa determina região, para um determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado. Geralmente é expressa por 1000 habitantes.

EMPREGO - conceitos

POPULAÇÃO ATIVA

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se população ativa a população empregada e desempregada, à procura de novo ou do primeiro emprego.

POPULAÇÃO EMPREGADA

População com 15 ou mais anos de idade que desempenha uma atividade económica. Consideram-se população empregada, a população a exercer uma profissão, a fazer formação profissional e que mantêm um vínculo com a entidade empregadora e os militares de carreira.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA

População entre os 15 e os 74 anos de idade que, num período de referência, não tem trabalho remunerado nem qualquer outro, está apto e disponível para trabalhar imediatamente e procura ativamente emprego.

TAXA DE ATIVIDADE (TOMANDO COMO REFERÊNCIA A POPULAÇÃO TOTAL)

Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.

TAXA DE ATIVIDADE FEMININA

Taxa que permite definir o peso da população ativa feminina sobre o total da população.

TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos).

TAXA DE DESEMPREGO

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

CONCEITO RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA					
RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA					
Corresponde ao valor da retribuição mínima mensal anteriormente designada por salário mínimo.	Α				
retribuição mínima mensal está definida no artigo 266º do Código do Trabalho.					

HABITAÇÃO E RENOVAÇÃO URBANA

Em matéria de Habitação e considerando as Orientações de Médio Prazo (OMP) compiladas no Programa do XI Governo Regional dos Açores, o esforço de investimento será direcionado para o reforço da coesão económica e social regional, respondendo às necessidades das famílias, das empresas e das instituições públicas e privadas açorianas.

Tal desiderato reflete-se na redenominação do Programa Habitação que passa a ter a designação de Habitação e Renovação Urbana, na conversão de um único Projeto denominado de *Promoção de Habitação*, *Reabilitação e Renovação Urbana*, que agrega os que tradicionalmente se vinham designando por incentivos à construção e aquisição de habitação própria e à recuperação de habitação degradada, justificado pela mudança de paradigma da reabilitação e detrimento da construção nova, e na manutenção do Projeto ora denominado Arrendamento Social e Cooperação, que substitui o que anteriormente era designado por Programa de Realojamento, já que a este último estava associada a imagem de que o realojamento seria resolvido pela via da construção e da aquisição de imóveis, o que se tem vindo a alterar, resolvendo-se tal objetivo através da politica de arrendamento, aproveitando-se o edificado.

No quadriénio 2013-2016, a área da habitação passa, essencialmente, pela continuidade do processo de dinamização do mercado imobiliário através do arrendamento habitacional, pela continuidade da promoção da reabilitação do parque habitacional edificado e pela promoção de políticas habitacionais dirigidas à integração social e responsabilização das famílias, à consolidação da qualidade e funcionalidade da estruturação social e urbanística das zonas residenciais e à redução da pegada ambiental das edificações urbanas.

Aperfeiçoar e aprofundar as parcerias públicas com as autarquias, com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) e outros parceiros sociais, que permitam qualificar o parque habitacional e incentivar a intervenção integrada no combate à pobreza e exclusão social.

Nesta XI Legislatura pretende-se aprovar cerca de meio milhar de novas candidaturas ao incentivo ao arrendamento, atingindo-se o número aproximado de 1.300 famílias beneficiadas com subvenções mensais de apoio à renda. Este apoio será um contributo importante para a diminuição da taxa de esforço das famílias com a despesa em habitação e para a resposta às necessidades do setor do imobiliário e do mercado de arrendamento.

Serão atribuídas, por concurso público, mais de 1 centena de fogos dispersos pela Região, em regime de propriedade resolúvel, dando uma resposta direta às necessidades habitacionais das jovens famílias açorianas que, por impossibilidade de acesso ao crédito, não terão, sem este apoio, a possibilidade de realizarem o sonho de acederem a habitação própria permanente.

Em matéria de reabilitação e recuperação do parque habitacional edificado pretendem-se atribuir, na XI Legislatura, 400 novos apoios, conferindo, a um igual número de famílias, melhores condições de conforto e segurança. Por outro lado será lançado um pacote de cerca de meia centena de empreitadas no âmbito da reabilitação do parque habitacional social da RAA, quer para reabilitação dos fogos, quer para regeneração dos espaços públicos.

Da experiência acumulada que resulta da vigência de cerca de 3 anos de aplicação do programa de apoio denominado Famílias com Futuro, impõe-se introduzir alguns ajustamentos que resultam de alterações de contexto e que o aperfeiçoem, pelo que será alterado o Decreto Legislativo Regional nº. 23/2009/A, de 16 de dezembro e a Portaria nº. 15/2010, de 11 de fevereiro.

No quadro seguinte é possível observar o programa de apoio adequado ao perfil dos candidatos, de acordo com as suas características socioeconómicas e das carências habitacionais.

PERFIL DOS CANDIDATOS E PROGRAMAS DE APOIO À HABITAÇÃO

Perfil dos Candi	datos	Encaminhamento/Programa			
Famílias com habitação própria sem condições de	Com pouca	Programa de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada. Apoio concedido de			
habitabilidade	financeira	acordo com o orçamento das obras e rendimentos do agregado familiar — DLR nº 6/2002/A, de 11 de março. - DLR nº 22/2009/A, de 16 de dezembro. - DRR nº 10/2011/A, de 13 de abril.			
Famílias com habitação	Com alguma	Programa de Apoio à Recuperação e			
própria, empresas e IPSS's	capacidade	Desinfestação de imóveis infestados pela			
com infestação da praga das	financeira	praga das térmitas. Apoio concedido de			
térmitas		acordo com o orçamento das obras ou da			
		operação de desinfestação, deferindo entre			
		famílias, IPSS's e empresas com fins lucrativos			
		– DLR nº 22/2010/A, de 30 de junho.			
		- Portaria nº 38/2011, de 20 de maio.			
		- Portaria nº 90/2011, de 9 de novembro.			
Famílias com habitação	Com alguma	Programa de Apoio à Ampliação/Alteração de			
própria inadequada ao	capacidade	Habitação. Apoios concedidos de acordo com a			
agregado familiar	financeira	tipologia, composição e rendimentos do			
		agregado familiar – DLR nº 59/2006/A, de 29			
		de dezembro.			
		- DRR nº 12/2007/A, de 11 de maio.			
		- Portaria nº 23/2009, de 27 de março.			

Famílias sem habitação	Com alguma capacidade financeira	Programa de Apoio à Construção ou à Aquisição de Habitação Própria. Apoios concedidos de acordo com a tipologia, composição e rendimentos do agregado familiar — DLR nº 59/2006/A, de 29 de dezembro. - DRR nº 12/2007/A, de 11 de maio. - Portaria nº 23/2009, de 27 de março. Programa Famílias com Futuro, na vertente de incentivo ao arrendamento. Subvenção mensal atribuída de acordo com a tipologia das habitações, a zona onde se situa o imóvel, composição e rendimentos do agregado familiar.
		- DLR nº 23/2009/A, de 16 de dezembro Portaria nº 15/2010, de 11 de fevereiro.
Famílias residentes em	Sem capacidade	Programa de Habitação Social. Promoção
habitações sem condições	financeira	direta ou por aquisição a empresas em regime
habitabilidade ou na		de custos controlados — Decreto-Lei nº
iminência de ficar sem		135/2004, de 3 de junho, alterado pelo
alojamento.		Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de março.
alojamento.		Programa Famílias com Futuro na vertente de Grave Carência Habitacional pela via da aquisição, da construção e do arrendamento para subarrendamento. Contrato de arrendamento social, cuja renda é calculada nos termos da renda apoiada. - DLR nº 23/2009/A, de 16 de dezembro. - Portaria nº 15/2010, de 11 de fevereiro.



Governo Regional dos Açores

Secretaria Regional da Solidariedade Social